

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CAMILA ALBANI PETRÓ

**A CRIAÇÃO DA ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL:**  
*projeto e campo de possibilidades na Porto Alegre da década de 1940*

PORTO ALEGRE

2012

CAMILA ALBANI PETRÓ

**A CRIAÇÃO DA ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL:**  
*projeto e campo de possibilidades na Porto Alegre da década de 1940*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

**Orientador:** Prof.º Dr.º Benito Bisso Schmidt

PORTO ALEGRE

2012

CAMILA ALBANI PETRÓ

**A CRIAÇÃO DA ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL:**  
*projeto e campo de possibilidades na Porto Alegre da década de 1940*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em: 19/12/2012

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.º Dr.º Benito Bisso Schmidt (Orientador) - Departamento de História, UFRGS

---

Prof.ª Dr.ª Céli Regina Jardim Pinto – Departamento de História, UFRGS

---

Dr.ª Marisângela Terezinha Antunes Martins

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, peço licença *escrítica* para o conteúdo desta folha – agradeço desde já a compreensão *poética* –, pois expressar a importância de certas pessoas e/ou grupos e a gratidão referente a elas requer a ciência de que a ciência, neste caso, não se aplica(rá).

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ser pública, de qualidade e cada vez mais *popular*, e também às/aos suas/seus funcionárias/os.

A minha gratidão é enorme pela maioria das/os professoras/es que fui aluna durante a minha trajetória escolar, incluindo aí as/os pertencentes ao Departamento de História e Faculdade de Educação desta Universidade. Não posso (e não quero) deixar de ressaltar a importância e admiração que sinto pelo Prof<sup>o</sup> Benito Schmidt – meu orientador –, pois desde o primeiro semestre do curso marcou presença nas minhas formulações sobre “*o que é História*”. Agradeço a ele pelas leituras atentas e por não me mostrar apenas “um norte”, mas por tentar fazer com que eu aprendesse a utilizar a bússola – enfim, por realmente *orientar*.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Céli Pinto e Marisângela Martins que gentilmente aceitaram fazer parte da banca examinadora; e também à Cássia Silveira pelas sugestões de leitura.

Agradeço à *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*, especialmente a sua presidente e vice-presidente deste último biênio, Eloá Muniz e Berenice Sica Lamas. Sou muito grata pela generosidade, paciência e ajuda, possibilitando-me o acesso ao arquivo da entidade para que pudesse pesquisar – às vezes, abrindo a ALFRS exclusivamente para isso.

Agradeço às/aos colegas de curso por deixarem os debates no curso mais profundos e o cansaço mais agradável com opiniões e piadas pertinentes – entre outros, o Said, as Júlia’s, a Bárbara, a Alexandra, a Carolina, a Sabrine, a Simone, o Diego, a Fernanda, a Mariana, a Gabriela, o Lucas... Em particular, sou grata à Carolina (a *Blush*) e à Larissa pelos sorrisos e abraços; bate-papos e discussões teóricas; pela solicitude, incentivando-me quando não me sentia capaz – enfim, sendo amigas e fortalecendo os laços de amizade.

Os aprendizados da experiência extraclasse que construí no decorrer deste curso de graduação foram como usar óculos novos, que pelos seus formatos diferentes acabaram por delimitar outros recortes e, por conseguinte, outras visões. Agradeço, então, à Prof. Ângela Flach, a confiança na época, concedendo-me uma bolsa pela antiga Escola Técnica da UFRGS (hoje IFRS); à Roberta e as/aos profissionais dos acervos em que estive inserida. Também sou muito grata à Prof.<sup>a</sup> Zita Possamai e à historiadora Cláudia Feijó pelo tempo produtivo no Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro – agradeço à colega Adriane a parceria nas oficinas. Agradeço a todos/as do Museu de Porto Alegre, que no período de dois

anos de estágio apoiaram-me em muitas dificuldades, especialmente à Mara Nunes e Fernanda Toccoquetto. Por fim, agradeço as/os colegas do Museu do Carvão (em Arroio dos Ratos) pelas trocas que foram possibilitadas, em especial à amiga Clarissa e ao Alexandro.

Agradeço às/aos colegas de trabalho o convívio diário de pouco mais de três anos. Durante este tempo, convivi na noite porto-alegrense mais com estas pessoas do que com a minha família e/ou amigas/os. Lá compreendi várias questões relativas às *relações de poder*, mas com elas/eles também tenho aprendido muito mais sobre *táticas e estratégias*. Além disso, travei contato com diferentes realidades e trajetórias, cursos e áreas do conhecimento. Acima de tudo, foi onde me deparei com algumas pessoas de muita sensibilidade e humanidade, pessoas empáticas e simpáticas – lutadoras/res do dia-a-dia.

Então, não posso fugir: agradeço ao meu pai e minha mãe. Agradeço ao metalúrgico Avelino que, polindo armas de fogo, manteve a vida de suas três filhas. Agradeço à costureira Hilda que junto a ele *alinhou e pespontou* a trajetória de estudos para as suas meninas, estando sempre pronta para cortar como uma *overloque* as necessidades materiais do caminho. Agradeço, sobretudo, por me aceitarem, respeitarem e entenderem – enfim, pelo amor incondicional.

Agradeço às minhas manas Milene e Rosana a paciência e por dividir nestes 22 anos muitas alegrias e algumas tristezas. Sou grata também aos *primos* Vanessa e Márcio por terem feito com que eu sentisse que os cálculos não me trariam o que nas palavras encontraria: reflexões sobre a sociedade e poesia. Agradeço aos familiares – especialmente tias– e todos/as amigos/as – Dani, Ismael, Pedro’s, Rafa, Glória (...) – que estão presentes na minha trajetória.

Ao meu *companheiro* Alexandre, que “encontrei” na primeira série do ensino fundamental e, ainda hoje se faz (*é um*) presente na minha vida, agradeço a companhia agradável, as conversas intermináveis sobre os mais variados assuntos. Com ele, por exemplo, passo pelas horas apenas vendo um passarinho: se está preso, debatemos sobre a liberdade; se está livre, discutimos qual liberdade seria esta – as relações humanas visitadas pelo olhar *histórico e psicológico*. Agradeço aos *Marcel(l)os* pela amizade fraterna, por estarem sempre próximos do meu carinho/caminho e também pelas viagens terrestres, aéreas e/ou pensantes.

Agradeço às mulheres em geral que lutaram para que eu pudesse estar aqui escrevendo estas páginas de agradecimentos e as que as seguem. Por fim, a *Ela*, em específico, sem palavras: com amor.

*Mulher:*  
*levanta a cabeça,*  
*e não oferece a outra face.*

*Mulher:*  
*fecha os punhos,*  
*e mostre que somos nova fase.*

**[Abra um parêntese]**

*Homem:*  
*não precisa baixar a cabeça,*  
*basta ficar em pé*  
*sem que a tua frente,*  
*tenhamos que ajoelhar.*

**[e feche o machismo]**

Camila Albani Petró

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a criação da *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*, fundada em 1943 e que, ininterruptamente, prossegue em atividade em Porto Alegre. A análise tem como questionamento central qual era o *projeto* de instituição pretendido e possível de ser construído pelas fundadoras, tomando a Porto Alegre da década de 1940 como um *campo de possibilidades*. Pretende-se compreender, portanto, como se estruturou esta academia de letras e quais foram suas características iniciais, fazendo um estudo das trajetórias das fundadoras e da atuação que lhes foi permitida no referido *campo de possibilidades*, nas suas dimensões de gênero e de espaços para as práticas intelectuais.

**Palavras-chave:** Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS) – *projeto* – *campo de possibilidades* – gênero – mulheres – intelectuais – Porto Alegre

## ABSTRACT

The objective of the research is analyze the creation of *Female Literary Academy of Rio Grande do Sul*, founded in 1943, that, uninterrupted, follows in activity in Porto Alegre. The analysis has as main question: what was the *project* of the intended institution, able to be constructed by the founders, turning Porto Alegre of the 1940's into a *camp of possibilities*. It is intended to understand, therefore, how was structured this academy of letters and what where its initial characteristics, studying the trajectories of the founders and the actuation that was allowed to them at the referred *camp of possibilities*, about its dimensions of gender and space to the intellectual practices.

**Keywords:** *Female Literary Academy of Rio Grande do Sul* - *project* – *camp of possibilities* – gender – women – intellectuals – Porto Alegre



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>I. AS <i>EVAS</i> TAMBÉM QUEREM A SUA PRÓPRIA ACADEMIA:</b> a criação da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul e a constituição de seu projeto.....	18
<b>II. AS <i>EVAS</i>, OS <i>ADÕES</i> E O <i>JARDIM DO ÉDEN DAS LETRAS</i>:</b> Porto Alegre na década de 1940 como <i>campo de possibilidades</i> nas suas dimensões de gênero e de espaços para às práticas intelectuais.....	32
<b>III. MULHERES INTELLECTUAIS DO ‘<i>OLVIDO</i>’ À <i>IMORTALIDADE</i>:</b> trajetórias das fundadoras da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>LISTA DE FONTES</b> .....	68
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	70
<b>ANEXOS</b> .....	73

## INTRODUÇÃO

Na cidade de Porto Alegre “aos doze dias do mez de abril de 1943 (...) reuniram-se, as 16 horas na sala nobre da Ass: Rio G.<sup>se</sup> de Imprensa gentilmente cedida pelo seu director S.<sup>o</sup> A. Pasqualini, as intelectuais que atenderam ao apelo da S.<sup>a</sup> D’ Lydia Moschetti (...)” (ACADEMIA, 1943, p. 1)<sup>1</sup>. No encontro realizado com a presença de outras seis mulheres<sup>2</sup> na Associação Rio-grandense de Imprensa (localizada na Avenida Borges de Medeiros), a referida Lydia Moschetti tomou a palavra e, falando dos porquês da reunião, explicitou o seu *objetivo principal*: a fundação de uma Academia Literária Feminina, “a primeira a ser constituída no Paiz” (ACADEMIA, 1943, p. 1).

Assim, no final daquela segunda-feira, estava fundada uma nova instituição cultural em Porto Alegre: a Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS) – “(...) para proporcionar a mulher intelectual um lugar de maior realce entre os valores contemporâneos e o merecido culto entre as gerações futuras” (ACADEMIA, 1943, p. 1).

A ALFRS passou a ter “reuniões semanais na residência da poetisa Aura Pereira Lemos, localizada na Rua dos Andradas, nos Altos da conhecida casa de penhores denominada ‘Ao Belchior’”<sup>3</sup>.

\*\*\*

A Academia que será analisada nesta monografia está próxima do aniversário de setenta anos de atividades, até então, sem um (re)conhecimento pela comunidade acadêmica não vinculada a ela, bem como, aparentemente, pela sociedade porto-alegrense em geral.

Segundo a revista anual da Academia, *Presença Literária* (1993b), a entidade foi reconhecida como de “utilidade pública” pela Lei Municipal 4040/53. Também foi declarada (em 2007) Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>, o que demonstra sua legitimidade frente ao poder público estadual e também aponta para a importância desta instituição para certos grupos e/ou pessoas.

---

<sup>1</sup> As transcrições realizadas são fiéis à grafia original, com os possíveis desvios do padrão da língua culta atual. É preciso salientar que no primeiro livro de atas consta uma sequência numérica errada, visto que da ata da “Trigésima Oitava” reunião, a contagem retrocede para a “Trigésima Sexta”, o que acarretou nova contagem; porém sigo aqui a sequência que deveria ter sido feita, para não haver atas com a mesma numeração. A numeração das atas apresenta três números ao menos a partir da trigésima nona: a quinquagésima sexta, por exemplo, seria a quinquagésima terceira.

<sup>2</sup> Stella Brum, Alzira Freitas Tacques, Aurora Nunes Wagner, Áurea Pereira Lemos, Aracy Fróes e Beatriz Regina.

<sup>3</sup> A sede atual localiza-se na Rua Sarmento Leite, 933, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre. A expressão “Ao Belchior” refere-se a uma modalidade de comércio - um “brick de antiguidades”.

<sup>4</sup> Lei nº 12.772 publicada no Diário Oficial de 04 de setembro de 2007.

Então, pretende-se iniciar a investigação sobre sua história, visto que este será o primeiro trabalho acadêmico de maior fôlego sobre a ALFRS, porém é preciso ter ciência dos limites deste esforço, que se constitui em um exercício inaugural de pesquisa. Mesmo assim, pode ser uma contribuição para a historiografia a abordagem *micro-histórica* que se apresentará da criação da Academia, pois é uma forma de contribuição aos estudos de gênero e à história dos intelectuais na década de 1940 em Porto Alegre.

A sua criação será abordada a partir da análise desta cidade como certo *campo de possibilidades* no período. Busca-se, primordialmente, responder a seguinte pergunta: **qual o projeto de instituição foi pretendido e possível de ser construído por essas fundadoras, tendo em vista o *campo de possibilidades* oferecido pela Porto Alegre da década de 1940?**

A busca pela compreensão do *campo de possibilidades* se fez com ênfase em duas dimensões: uma referente ao espaço das práticas dos intelectuais e outra relacionada ao gênero, que direcionam o debate sobre o que seria uma intelectual naquele momento. Esta reflexão, conseqüentemente, apontou para quais espaços estavam disponíveis àquelas mulheres na década de 1940 na capital gaúcha, o que, por sua vez, conduziu ao estudo das *trajetórias* destas primeiras integrantes da entidade, as “fundadoras”.

O recorte de tempo foi pensado para abarcar o período anterior à criação do seu órgão oficial, a revista *Atenéia*, que circulou do final de 1949 ao início da década de 1970, pois o enfoque da pesquisa não comporta esta documentação periódica, muito rica em detalhes, mas que necessitaria maior tempo de investigação. Além disso, o intuito deste Trabalho de Conclusão de Curso em História é examinar justamente o início de construção da instituição.

Em relação à micro-história, as considerações de Giovanni Levi (1992) são muito elucidativas para entender tal prática historiográfica. Este autor aponta para a crença de que a observação microscópica revelará “fatores previamente não observados”, como princípio unificador das pesquisas baseadas na *microanálise* (LEVI, 1992, p.139), e salienta:

A micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Essa definição já suscita possíveis ambigüidades: não é simplesmente uma questão de chamar a atenção para as causas e os efeitos do fato, de dimensões diferentes coexistirem em cada sistema social; em outras palavras, o problema de descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação na vida (LEVI, 1992, p. 136-137).

Deste modo, busca-se não atar diretamente a criação da ALFRS a um simples e amplo *contexto* que a explicaria. A interpretação do *projeto* ALFRS será feita levando-se em conta o grupo e as determinações mais amplas; entretanto as trajetórias das fundadoras serão consideradas a fim de não se cair em generalizações excessivas. A tentativa é de visualizar

pormenores que não estariam visíveis sem a análise de pontos específicos da vida de um indivíduo (neste caso seis mulheres) frente a uma realidade específica.

Além disso, como Sirinelli (2003) afirma, é necessário, na observação dos itinerários políticos, não se limitar apenas às trajetórias dos “grandes” intelectuais, descendo aos de “menor notoriedade”. Nas palavras do autor:

Sob a condição, é claro, de não nos limitarmos às trajetórias apenas dos “grandes” intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com o seu papel real, apresentaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política (SIRINELLI, 2003, p. 246).

Desloco a questão de não se limitar às trajetórias dos “grandes” intelectuais à ALFRS. Afinal, mesmo que suas acadêmicas (fundadoras, no caso desta pesquisa) pertençam a uma elite econômica e cultural do estado e/ou do país, não fazem parte de um círculo realmente conhecido no âmbito da história da literatura (quem sabe sejam *intermediárias* ou até mesmo *despertadoras*). Este fato, acredito, ajuda a legitimar o estudo das trajetórias das fundadoras da academia.

Sirinelli também aponta para a inserção do historiador num espaço geográfico específico e que, ele mesmo –o historiador– é um intelectual, portanto pertencente ao mesmo meio dos seus personagens. Este ponto é relevante, pois, como o autor afirma o “problema da simpatia” não pode ser ignorado - e ele também aparecerá para o historiador dos intelectuais, que deverá apresentar como postura a consciência de tal fato, para que, não o ocultando, possa avaliá-lo, a fim de não revelar um “otimismo beato e um idealismo fora de propósito” (SIRINELLI, 2003, p. 239).

A partir de agora serão apresentados os conceitos que foram utilizados para a formulação do problema que norteia a pesquisa (*projeto e campo de possibilidades*), bem como questões relativas à história dos intelectuais e à dimensão de gênero – relacionadas às duas variáveis escolhidas dentro do *campo* para pensar as *possibilidades* presentes na década de 1940 que envolviam a constituição do *projeto* da ALFRS. A formação de grupos de literatos, suas redes e o estudo de trajetórias também serão problematizadas por meio de pequena revisão bibliográfica.

\*\*\*

Com base no livro *Projeto e Metamorfose* de Gilberto Velho (2003), foram utilizados dois conceitos para abordar a criação da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul e formular o problema-questão central da presente pesquisa: *projeto e campo de possibilidades*.

Na introdução da obra, há uma elucidação quanto aos significados destes termos. Velho define

*Projeto*, como uma dimensão mais racional e consciente, com as circunstâncias expressas no *campo de possibilidades*, inarredável dimensão sociocultural, constitutiva de modelos, paradigmas e mapas. Nessa dialética os indivíduos se fazem, são constituídos, feitos e refeitos, através de suas trajetórias existenciais (VELHO, 2003, p. 8).

O antropólogo conceitua como *projeto* algo que seria do nível mais individual, mesmo que de indivíduos reunidos em grupo, enquanto o *campo de possibilidades* seria o espaço para a formulação desses *projetos*. Na perspectiva do autor, mesmo que o projeto possa ser coletivo, ele não é vivido de forma homogênea pelos seus participantes, pois cada sujeito tem a sua *trajetória existencial*. Os projetos individuais interagem com outros dentro de um campo de possibilidades, e

não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo, são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios. Sua pertinência e relevância serão definidas contextualmente (...). As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros *projetos* individuais e coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*. Os *projetos*, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus *projetos* (VELHO, 2003, p. 46 e 47-48).

Portanto, investigar as trajetórias destas fundadoras ajuda na compreensão do *projeto* pretendido e possível no *campo de possibilidades* que existia em Porto Alegre na década de 1940, já que, como VELHO aponta, os projetos estão em constante interação e, para ser viável, um projeto precisa *negociar* com outros projetos, a partir das circunstâncias do *campo de possibilidades* em que os indivíduos e/ou grupo estão inseridos<sup>5</sup>. No caso das criadoras da ALFRS, a dimensão de gênero e a de espaço para as práticas das/os intelectuais se relacionam diretamente ao *campo de possibilidades* do momento da formulação do *projeto* “*Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*”.

Dando continuidade às reflexões teóricas e metodológicas deste trabalho, passo a tratar da categoria gênero.

Joana Maria Pedro (2005) explica que a escolha da utilização da palavra gênero ao invés de sexo pelos movimentos feministas e de mulheres nos anos 80 foi justamente

pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo [...]. Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do

---

<sup>5</sup> “Mas, sobretudo, o *projeto* é o instrumento básico de *negociação da realidade* com outros atores, indivíduos ou coletivos”. (VELHO, 2003, p. 103)

“sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura (PEDRO, 2005, p. 78).

Segundo Joan Scott (1992), a história das mulheres apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas do século XX, sendo que foi a partir da década de 1980 que houve um “desvio” nas narrativas convencionais com a utilização da categoria “gênero”. Ou seja, a partir do final do século XX houve a emergência de uma preocupação teórica da utilização de gênero como categoria analítica.

Neste sentido, a definição de gênero apresentada por SCOTT (1995, p. 86) é pertinente para esta pesquisa. Primeiramente, gênero para esta pesquisadora “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos”, mas também é “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Quanto a este segundo item, SCOTT (1995, p. 88) acrescenta que seria melhor dizer que “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Então, mesmo não sendo o único campo, o gênero é um elemento que possibilita a significação das relações de poder – portanto, se faz presente e influencia toda a sociedade, inclusive o âmbito literário (ou intelectual), ao definir espaços sexualizados e hierarquias entre eles.

Desta forma, segundo SCOTT (1995, p. 89), o gênero “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana”, pois este conceito legitima e constrói as relações sociais, já que teria uma relação recíproca com a sociedade.

A história dos intelectuais, por sua vez, pode ser entendida em linhas gerais a partir do artigo já citado de Jean-François Sirinelli (2003). A história dos intelectuais, segundo esse historiador (2003, p. 237), é “um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”. O autor apresenta ainda o percurso das mudanças de análise e a importância que o campo de estudo dos intelectuais teve em diferentes períodos nas pesquisas dos historiadores, sendo que foi a partir do final da década de 1970 que “a história dos intelectuais começou a superar a sua indignidade (...)” (SIRINELLI, 2003, p. 232). Os contornos vagos dos intelectuais e a pequena quantidade que representavam no conjunto da sociedade seriam causas específicas do porquê este âmbito ficou, por muito tempo, à margem do arcabouço de pesquisas dos historiadores.

Quanto à formação de grupos literários e sua “lógica de constituição”, Angela de Castro Gomes, no livro *Essa Gente do Rio* (1999), oferece boas reflexões a respeito das *redes de sociabilidade* dos intelectuais do Rio de Janeiro nos anos 1930, que inspiram o presente

trabalho. Neste sentido, é primordial a ideia apresentada pela autora da cidade como “*campo de possibilidade*” que delimita as escolhas realizadas por seus atores, dando a elas significados apreensíveis pelas próprias experiências por eles compartilhadas”. GOMES acrescenta:

Nesta perspectiva, refletir sobre as características histórico-sociais de qualquer cidade é refletir sobre o amplo conjunto de condições que delinearam o ambiente cultural em que se moviam e ‘comunicavam’ seus habitantes, fossem eles os chamados ‘homens comuns’, fossem, de forma especial, as elites políticas e intelectuais (GOMES, 1999, 23).

Estas reflexões são pertinentes para entender a fundação e os primeiros anos da ALFRS, pois compreender os lugares públicos onde as mulheres atuavam na cidade de Porto Alegre, articulados a um ambiente de debates quanto à dimensão de gênero e de práticas dos intelectuais, é uma forma de conhecer a dimensão organizacional da intelectualidade neste período, e especificamente das mulheres – e da ALFRS, influenciada e influenciando estas dimensões (ou com pretensão de algum tipo de influência).

Ainda sobre os estudos de redes e lugares de sociabilidade, acrescento que Gomes dialoga com Monica Pimenta Veloso em seu livro sobre o modernismo no Rio de Janeiro (1996). Esta última apresenta o modernismo carioca por outro viés, através das trajetórias dos integrantes do grupo de intelectuais considerados como humoristas boêmios, atuantes na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. No capítulo “Cafés, revistas e salões: microcosmo intelectual e sociabilidade”, Veloso cita Trebisch como inspiração das suas reflexões, que prioriza a *especificidade* do grupo (o microcosmo) e considerando como este fator interfere na sua organização e sociabilidade.

Cássia Silveira, por sua vez, acrescenta em sua dissertação sobre a *Sociedade do Parthenon Litterario* (2008), que somente um “contexto mundial” não explica as “experiências sociais dos escritores” e, por isso, sugere que

A busca de aproximação com o universo dos letrados, através da recuperação de suas trajetórias, só tende a enriquecer a análise, na medida em que possibilita vislumbrar especificidades nacionais e regionais que certamente marcaram as relações estabelecidas entre eles no período (SILVEIRA, 2008, p. 22).

Desta forma, emergem questões relacionadas às acadêmicas no que tange a seus percursos especificamente como intelectuais e como mulheres; por isso, os fatores *origem, vida escolar e pessoal e carreira*, entre outros, foram analisados no terceiro capítulo desta monografia. A base utilizada para pensar as trajetórias foi o método prosopográfico. Mesmo sendo muito mais complexo do que a sua apresentação neste trabalho, ele serviu para

esquematar o “quadro” de análise – mas o que foi feito, insisto, não foi uma análise prosopográfica propriamente dita.

O método prosopográfico ou das biografias coletivas, apresentado por Flávio Heinz no livro *Por outra história das elites* (2006), é uma maneira de buscar, a partir da análise das trajetórias dos personagens de um grupo, recorrências e pontos aleatórios de suas vidas, tomadas em conjunto. As definições de *prosopografia* são muitas, porém a clássica, apresentada na década de 1970 por Lawrence Stone, é a seguinte:

a prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes (...). (STONE, 2011, p. 115).

Neithard Bulst (2005, p, 52) acrescenta que “um elemento comum a quase todas as definições é a análise do indivíduo em função da totalidade da qual faz parte”, sendo que o método da prosopografia não seria algo novo, mesmo que sua utilização atual tenha modificado as “expectativas e os objetivos ligados à pesquisa prosopográfica, bem como seus objetos”.

Flávio Heinz também apresenta uma definição de prosopografia que reitera as anteriores:

A prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico de pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais e coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e reprodução social- que caracterizam as trajetórias sociais (estratégias de carreiras) dos indivíduos (HEINZ, 2006, p.9).

As definições apresentadas demonstram a riqueza deste método para uma análise qualitativa, mesmo que seja um método *a priori* quantitativo. Inspirando-me nele, pretendo analisar através das trajetórias das fundadoras da ALFFRS, os caracteres *comuns* de seus percursos, buscando averiguar as *constantes*, bem como os pontos discordantes presentes em suas biografias.

Como afirma SIRINELLI, é preciso interpretar as trajetórias para evitar as “explicações generalizantes”, pois mesmo que um grupo de intelectuais que se organiza em torno de uma instituição possa ter pontos em comum cultural ou politicamente, “afinidades” que lhe fazem querer conviver, as situações individuais impedem a generalização. Nas suas palavras:

As trajetórias pedem também e sobretudo interpretação. O estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar esse preço. Sob a condição, entretanto, de evitar as generalizações apressadas e as aproximações



duvidosas. A nós nos parece que a extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes. O que não dispensa – pois não é contraditório – localizar os campos magnéticos (...). Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 247-248).

Portanto, é possível pensar o *campo de possibilidades* para a criação da ALFFRS em que às dimensões de gênero e dos espaços para as práticas intelectuais, tanto levando em conta os lugares físicos de sociabilidade, quanto considerando as *trajetórias* de suas fundadoras; contudo, sem utilizar essas trajetórias para chegar a uma “explicação globalizante”, como critica SIRINELLI, mas para adentrar a “especificidades nacionais e regionais”, como considera SILVEIRA, enfim, procurando recuperar *por onde andavam* Lydia Moschetti e as mulheres que se *juntaram* a ela para fundar uma instituição cultural *pioneira* no Brasil<sup>6</sup>.

\*\*\*

A micro-história, como foi explicitado, é o enfoque historiográfico que permeará esta pesquisa e, a partir dela, o desenvolvimento do trabalho foi dividido em três partes. Primeira: o *projeto*. Segunda: o *campo de possibilidades*. Por fim, a terceira: as *trajetórias*.

De forma mais detalhada, no primeiro capítulo, “*As Evas também querem a sua própria Academia*”, a criação da ALFRS será analisada, bem como a constituição de seu *projeto* e a repercussão deste na sociedade porto-alegrense. Para isso buscou-se referências nas atas das sessões da entidade, no período de 1943 a 1950; nos Estatutos (versão do *Diário*

---

<sup>6</sup> Este pioneirismo reivindicado por Moschetti precisa ser relativizado com base em outras fontes. Segundo HOLLANDA (1992), a primeira agremiação literária feminina que se tem notícia é a “*Liga Feminina cearense*”, fundada em 1904 por Alba Valdez. A “*Ala Feminina*” da Casa Juvenal Galeno, também do Ceará, é uma Academia de Letras fundada em 1942 por Júlia Galeno. Porém, nos dois casos, não há o termo *Academia* nos nomes das entidades. Quanto à “*Academia de Letras Feminina*” fundada por Adalzira Bittencourt no Rio de Janeiro, não foi encontrada nem a data de sua criação, nem um nome em específico – somente a referência de que seria uma academia de letras feminina, sendo a primeira do estado do Rio de Janeiro. Contudo, a própria Adalzira esteve em Porto Alegre e visitou a ALFRS em 1945, sendo apresentada como “*Presidente da Academia Feminina Brasileira de Letras*” (ACADEMIA, 1945, p. 62). As demais academias encontradas foram fundadas posteriormente a ALFRS e, aparentemente, quando Lydia afirma ser esta “a primeira do País”, além de um recurso retórico para buscar apoio, também poderia estar se referindo ao fato de querer fundar uma *ACADEMIA* propriamente dita (e assim registrada), e não um *grêmio de letras* que funcionasse como Academia. O pioneirismo, assim, pode estar atrelado ao fato de ser naquela época, segundo a *imortal*, “a única existente [e registrada] com personalidade jurídica em todo o país” (ACADEMIA, 1943, p. 21). Por meio de pesquisa na *web*, o site *Academias de Letras no Brasil* apontou algumas outras academias femininas fundadas. A “*Academia Feminina Espírito-santense de Letras*” foi fundada em 1949; a “*Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*” em 1969; a “*Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil*” e a “*Academia de Letras do Paraná*” no ano de 1970; a “*Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiá*” em 1972 e, por fim, a “*Academia Feminina Mineira de Letras*”, em 1983. <[http://www.academialetrasbrasil.org.br/academias\\_de\\_letras\\_no\\_brasil.htm](http://www.academialetrasbrasil.org.br/academias_de_letras_no_brasil.htm)>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

*Oficial* e versão manuscrita) de 1943 e, em relação ao último tópico, reportagens do periódico *Correio do Povo*<sup>7</sup>.

O capítulo posterior, intitulado “*As Evas, os Adões e o Jardim do Edén das Letras*”, servirá para delinear e examinar o *campo de possibilidades* da ALFRS na cidade de Porto Alegre na década de 1940, nas suas dimensões de gênero e de espaços para as práticas intelectuais. Esta **foi** realizada através de bibliografia sobre o tema, mas também levando em conta pontos relativos à repercussão do *projeto* da entidade de letras feminina em análise.

Por último, em “*Mulheres intelectuais do ‘olvido’ à imortalidade*”, serão aprofundadas as *trajetórias* das fundadoras. A análise terá por base as *pretensões* das acadêmicas perante o *campo de possibilidades* que antes foi delineado, buscando enriquecer e problematizar ambos. Cabe ressaltar que estas trajetórias **foram** analisadas a partir das biografias existentes no site da ALFRS, de livros e documentos de seu acervo e de verbetes de compêndios biobibliográficos que tratam de figuras femininas, bem como da “*Autobiografia*” de Lydia Moschetti. Está análise, como já foi referido, inspira-se no método *prosopográfico*, em que uma listagem de questões (*check list*) é realizada para todos os sujeitos pesquisados, formando um quadro de informações a ser compreendido<sup>8</sup>.

\*\*\*

As informações básicas para iniciar a leitura desta monografia foram apresentadas. Agora, caro leitor, pode “virar” a página sem demora, que na continuidade vos aguardam o *Jardim do Éden das Letras* da Porto Alegre da década de 1940, as *Evas* fundadoras da *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*, e também alguns *Adões*...

---

<sup>7</sup> Estas fontes fazem parte do arquivo da ALFRS. A problematização destes documentos será realizada no decorrer dos capítulos.

<sup>8</sup> Um exemplo de quadro prosopográfico pode ser conferido no livro “*Poder, sexo e letras na República Velha*”, reproduzido em “*Intelectuais à Brasileira*” (MICELI, 2001, p.18-19).

**I. AS EVAS TAMBÉM QUEREM A SUA PRÓPRIA ACADEMIA:**  
a fundação de uma instituição literária “*genuinamente feminina*” e a  
constituição de seu *projeto*

“(…) *Quererão que sejamos instruídas e sábias fechando-nos as Academias? (...)*”

Luciana de Abreu<sup>9</sup>

O ano? 1943. O dia? 12 de abril. Onde? Porto Alegre. O que aconteceu? Mais um dia da cidade e de suas moradoras(es), com diferentes e diversos acontecimentos, dos quais um, em específico, marca o início de um *projeto*: a reunião de um grupo de sete mulheres por volta das 16 horas da tarde, na sala nobre da Associação Riograndense de Imprensa. Horário e local em que, “tomando a palavra a escritora Lydia Moschetti explicou os motivos da reunião visando como objetivo principal”:

a fundação de uma Academia Literária Feminina, a primeira a ser constituída no Paiz, para proporcionar a mulher intelectual um lugar de maior realce entre os valores contemporâneos e o merecido culto entre as gerações futuras (ACADEMIA, 1943, p. 1).

Antes desta reunião, Moschetti encaminhou circulares a “diversas poetisas e escritoras da capital, do interior do Estado e fora do Paiz” para científicá-las do projeto pretendido e consultá-las se adeririam ao movimento “para que, os nomes refulgentes de intelectuais gauchas que passaram ao olvido, possam voltar ao culto das gerações contemporâneas e futuras” (ACADEMIA, 1943, p. 1).

Então, naquele dia 12 de abril de 1943, seis mulheres participaram com Lydia da sessão. São elas: Stela Brum, Alzira Freitas Tacques, Aurora Nunes Wagner, Aura Pereira Lemos, Araci Froes e Beatriz Regina. No final daquela tarde,

Após se manifestarem diversas escritoras, todas elas apoiando com entusiasmo a nova entidade que proporcionará à mulher em nossas letras um lugar de maior nota, ficou resolvido fundar nesta data: “*Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul.*” (ACADEMIA, 1943, p. 3 - Grifos meus).

As próximas sessões foram inicialmente realizadas na residência da eleita vice-presidente, poetisa Aura Pereira Lemos, “à rua dos Andradas, 899”, pois não havia uma sede

---

<sup>9</sup> Trecho da preleção sobre a *Educação das Mães de Família* proferida por Luciana de Abreu no 6º Sarau do *Parthenon Litterário*, e que foi publicada em dezembro de 1873 na revista da entidade (ACADEMIA, 1993. p. 38). Luciana de Abreu é patrona da cadeira número cinco da ALFRS e, conforme SILVEIRA (2008), viveu em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, onde foi professora pública e teve atuação no *Parthenon* (associação literária sediada em Porto Alegre entre os anos de 1868 e 1885).

física própria da recém criada Academia<sup>10</sup>. A eleição da diretoria ocorreu no dia da fundação e a presidente escolhida foi a propulsora da movimentação, a Sra. (escritora) Lydia Moschetti.

\*\*\*

Antes de começar a analisar o que foi o projeto pretendido por aquelas sete mulheres (e outras tantas, posteriormente) de uma academia literária *genuinamente feminina* (nas palavras de sua fundadora e primeira presidente), se faz necessário apontar de que forma esta sugestão se realizou. Neste sentido, é claro, as fontes são peça fundamental e, no caso da busca das pretensões das acadêmicas com a fundação da ALFRS, ganham destaque as atas das sessões e os primeiros estatutos.

BACELLAR (2006), no texto *Uso e mau uso dos arquivos*, apresenta informações gerais para a pesquisa em diferentes arquivos. Uma delas, que não pode ser ignorada na análise, é que os documentos tinham uma finalidade e emergiram de um contexto quando foram produzidos: “acima de tudo, o historiador precisa **entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu**” (BACELLAR, 2006, p. 64 - Grifos do autor), e que é importante:

**Avaliar as possibilidades de uma fonte documental** [buscando] **perceber a qualidade das informações que ela pode ou não nos oferecer**, de acordo com a problemática de cada pesquisa. Documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender as necessidades específicas do momento (BACELLAR, 2006, p.68-69 - Grifos do autor).

Os documentos, portanto, são elaborados para *atender as necessidades específicas do momento* e elaborados conforme sua funcionalidade. Como indaga LARA (2008), em seu artigo *Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico*, “qual o estatuto das fontes escritas na pesquisa histórica?”, já que “os documentos não existem para registrar a história (...)” (LARA, 2008, p. 17-18). Logo, segundo a autora, o historiador precisa “inventar” suas fontes, ou seja, selecionar os documentos/textos interrogando-os de forma que

---

<sup>10</sup> As sedes provisórias mudaram várias vezes de local no período estudado (1943 até 1950). Sessões solenes muitas vezes foram realizadas no “Salão de Festas da Associação Riograndense de Imprensa”, ou no “Salão de Conferências do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, que eram “gentilmente cedidos”. Algumas sessões ordinárias também foram realizadas em sala contígua ao consultório da Dra. Aurora Wagner sito no Ed. Sul América- 3º andar, em 1945, depois na residência da escritora Lydia Moschetti, “à Rua Fernando Gomes 156”. Posteriormente, a ALFRS passou a ter uma sala como sede social sita no Edifício da “Casa do Jornalista”, na Av. Borges de Medeiros, 915. Até 1948, o local citado como “sede provisória” é no edifício da Associação Riograndense de Imprensa (Av. Borges de Medeiros), passando a ser, por fim, a residência da acadêmica Dra. Noemy Valle Rocha, na Rua Sarmento Leite, 933 (que após o falecimento desta passou a ser a sede oficial da instituição).

forneçam informações, transformando-os em fontes sobre as ações de determinadas pessoas/órgãos do passado.

Tendo em vista estas reflexões, a delimitação do problema de pesquisa restringiu a seleção de documentos basicamente ao período da década de 1940. A leitura, transcrição e análise das atas, por exemplo, foi realizada, por conseguinte, para o recorte de 1943 até final de 1949<sup>11</sup>. No que tange aos estatutos, tanto o extrato publicado no *Diário Oficial* de Porto Alegre, do dia 4 de agosto de 1943, quanto os rascunhos e versão completa datilografada foram igualmente analisados.

Em relação a este tipo de documentação, BATALHA (1997) trata a respeito da sua utilização em artigo sobre a “vida associativa” e de como abordar a história institucional nos estudos sobre o movimento operário. Mesmo tratando-se de outro assunto e de outros tipos de instituições, suas reflexões acerca de estatutos e atas são pertinentes à presente pesquisa. Segundo o autor, os estatutos das sociedades operárias

tendem – com certa razão – a ser considerados simples formalidades burocráticas visando cumprir as exigências legais do registro em cartório e obter, no caso da capital federal [na época o Rio de Janeiro, local por ele estudado], a provação do Chefe de Polícia. **Os estatutos, por mais burocráticos e redigidos seguindo uma fórmula pré-estabelecida que sejam, costumam conter algumas informações fundamentais sobre a associação (...).** Além de todo estatuto trazer dados sobre a fundação da associação, frequentemente com o número de pessoas presentes à assembleia de fundação (o que permite ter uma ideia da representatividade) e os nomes que compõem a primeira diretoria eleita ou a comissão organizadora, costuma incluir também artigos sobre quem pode associar-se. (BATALHA, 1997, p. 96 - Grifos meus).

Já as atas têm a função de registro de um determinado evento (reuniões, posses...), das pretensões de ações e atividades realizadas. Além disso, quem as escreve pode ser mais ou menos sucinto quanto aos detalhes. Estes, entre outros fatores, devem ser avaliados na análise deste tipo de fonte. Comparativamente, como BATALHA (1997) aponta,

fontes como as atas têm uma nítida vantagem sobre os estatutos, pois possibilitam perceber a atuação da associação ao longo do tempo. **As atas fornecem elementos sobre o dia-a-dia da associação, o funcionamento das assembleias,** e, com alguma sorte, das discussões sobre questões candentes para a categoria (...). (BATALHA, 1997, p. 97- Grifos meus).

Conforme explicitado acima, as atas e os estatutos serão utilizados para investigar as pretensões em relação à constituição da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul como um *projeto*. Para tanto, se faz necessário indicar *elementos do dia-a-dia da associação*, o que é possível através das atas, mesmo com suas limitações como documento, conforme a citação de BATALHA (1997) transcrita acima. Além desses componentes diários, é

<sup>11</sup> No total foram lidas, transcritas e analisadas 110 atas de sessões da ALFRS do período citado.

importante indicar também certos acontecimentos que ajudem a compreendê-la tendo em vista a cidade de Porto Alegre como *campo de possibilidades*, elegendo, entre outras variáveis possíveis, as suas dimensões de gênero e de oferecimento de espaços para as práticas intelectuais. Ou seja, no decorrer deste capítulo, serão abordadas questões que problematizem o que pretendiam as fundadoras e como foi a implementação da ALFRS, bem como algumas reações à fundação de tal instituição, tudo isso com o fim de entender sua inserção na sociedade porto-alegrense.

\*\*\*

Na sessão de fundação da ALFRS, a diretoria eleita contava com as presentes no dia 12 de abril, acrescidas dos nomes das correspondentes no país e fora dele: Hecilda Clark e Eunice Tavares, respectivamente. Relembrando: Lydia Moschetti foi eleita presidente e Aura Pereira Lemos, vice; a secretária-geral (costumeiramente quem escrevia as atas) era a poetisa Stella S. Brum; Aurora Nunes Wagner, a primeira secretária; Araci Froes, a tesoureira e, por fim, Beatriz Regina como bibliotecária<sup>12</sup>.

A ata de fundação da ALFRS é reveladora no sentido de pensar os propósitos que direcionaram oficialmente a constituição da entidade. Lydia Moschetti, ao contatar outras escritoras para o empreendimento, escreveu sobre o objetivo de criar uma “Instituição Literária *genuinamente feminina*”, e de “dar tambien a la mujer intelectual el valor que ella merece y el hogar de destaque al qual tiene derecho entre los hombres de letras de las generaciones presentes y futuras”<sup>13</sup>. Portanto, é possível pensar que a proposta de uma Academia Literária *genuinamente feminina* se fez pela falta de espaço de destaque *al qual* [as escritoras] *tiene derecho*. Esta espécie de reivindicação é colocada como um “direito”, que se estava sendo “reivindicado”, porque não se “cumpria” *entre os homens de letras* daquela sociedade (ACADEMIA, 1943, p. 2).

A segunda sessão já contou com a leitura dos estatutos “previamente elaborados”, que ainda foram discutidos em outras sessões. No dia 4 de agosto de 1943 constou na página 16 do *Diário Oficial* os extratos para publicação, bem como a “Certidão do Registro Especial” e, portanto, a “Academia Literaria Feminina do Rio Grande do Sul, achava-se desde aquela data, enquadrada na forma da lei pelo registro do extrato dos seus Estatutos” (ACADEMIA, 1943,

<sup>12</sup> Beatriz Regina não aparece nas demais atas e não tomou posse do seu cargo; somente foi citada na ata de fundação e aparece na fotografia da ocasião.

<sup>13</sup> Este trecho em espanhol citado é da “Circular Fora do País” presente na ata de fundação. Por ter sido escrita em espanhol, é possível inferir que foi encaminhada para países vizinhos ao Rio Grande do Sul (dedução que se confirma com as respostas encaminhadas, bem como pelo grande intercâmbio travado com a América do Sul, principalmente por parte de Lydia Moschetti).

p. 18). Nas reuniões seguintes à fundação, outras mulheres (poetisas, escritoras, professoras) começam a aparecer nas fontes, participando das sessões da Academia, além da diretoria eleita. Diversas manifestações de solidariedade por meio de correspondências foram enviadas, muitas em resposta à circular que Lydia Moschetti havia encaminhado<sup>14</sup>. Tudo isso sugere certa repercussão da criação da entidade em alguns meios, sobretudo entre as intelectuais porto-alegrenses e junto à rede que a nova presidente começava a implementar.

A disposição organizacional das sócias, segundo os Estatutos manuscritos e datilografados – pois em sua maior parte a referência consta em ambos os documentos –, era feita com a divisão em quatro categorias: sócias acadêmicas efetivas, que ocupariam uma cadeira e deveriam residir em Porto Alegre; sócias acadêmicas titulares, as “intelectuais gaúchas” que ocupariam uma cadeira, mas residiriam fora da capital; correspondentes, que não ocupariam cadeira e deveriam ser as “não gaúchas”, e também residentes em qualquer país Sul Americano (essa menção consta somente na versão datilografada), pertencentes a outras academias (consta na versão manuscrita apenas) e que deveriam manter intercâmbio com a ALFRS (ambas as versões); e, por fim, as sócias aspirantes, que não ocupariam cadeira, mas que (segundo versão manuscrita), sem “credenciais”, desejariam “encaminhar-se na carreira literária e receber incentivo e ensinamentos úteis frequentando as sessões da ALF”, ou (segundo versão datilografada) que tenham demonstrado aptidões para escritoras. Todas deveriam ter comprovada capacidade literária, resultante de trabalhos, publicados ou não, analisados pela Diretoria. Ou seja, havia uma tentativa implícita de “fechar o círculo” em torno da ALFRS, pois a própria Diretoria é que avaliaria os trabalhos das aspirantes, medindo a *capacidade literária* das demais<sup>15</sup>. Por fim, as sócias efetivas deveriam ser em número de 20, o que foi ampliado para 40 em 1948, segundo ata de maio daquele ano<sup>16</sup>.

Cabem ainda algumas reflexões acerca da tentativa de “fechar o círculo” da ALFRS. MARTINS (2012) aponta em sua tese sobre as relações entre escritores e o Partido Comunista do Brasil (PCB) em Porto Alegre, um episódio em que Lydia ataca as *panelinhas* literárias, indicando a *Revista do Globo* como a “pior de todas”, pois “uns elogiam os outros e todos se fecham para os demais”. Este apontamento da escritora poderia ser, segundo a historiadora, “o

<sup>14</sup> Conforme Pasta de “Correspondência Enviada/Recebida” do Acervo da ALFRS.

<sup>15</sup> Estatutos manuscritos e datilografados. Arquivo da ALFRS.

<sup>16</sup> Maria Josepha P. Motta, que escreveu quando era presidente da instituição o editorial da Coletânea acadêmica comemorativa do 40.º aniversário da ALFRS (CARRÉ, 1984), apontou que esta seguia a tradição histórica da *Académie Française*, criada em 1635 com 40 membros titulares (sendo que Louis XIV teria cedido uma sala no Louvre para as reuniões). A Academia Francesa, salienta Motta, passou por reformas administrativas, porém manteve a composição original, servindo de modelo para “todas que se seguiram” (CARRÉ, 1984, p. 12). Não encontrei nas atas e/ou nos Estatutos referências a essa “tradição francesa”, no entanto a menção é feita constantemente em históricos publicados pela Academia para explicar o aumento do número de sócias efetivas.

indicativo do caráter opressor que o domínio do grupo do *Globo* infringia sobre aqueles que produziam textos literários não condizentes com os critérios de classificação e legitimação impostos pela Livraria e Editora Globo” (MARTINS, 2012, p. 218). Se a grande imprensa realmente não reconhecia seus talentos, a forma encontrada de buscar visibilidade foi “fechando um círculo” (ou melhor, constituindo o “seu” próprio círculo)<sup>17</sup>.

Na prática, pelo que foi percebido nas atas, não havia um controle rígido das questões organizacionais, e, de modo geral, as sócias eram indicadas pelas acadêmicas, o que demonstra a importância dos laços pessoais. No decorrer dos anos apareceram queixas até mesmo em relação à finalidade da Academia, como é possível visualizar na fala de 1947 da vice-presidente Stella Brum:

Entretanto é também digno de nota o fato de ter ela perdido no âmbito local muito de seu prestígio e estar fugindo inteiramente à finalidade para qual foi fundada, isto é congregar e unir as mulheres que possuem o dons de escrever para estímulo na sua vida literária. Diz que a Academia, longe de unir as literatas de Porto Alegre, dispersou o pequeno número que reuniu no início. Pede, então, à casa, sugestões para sanar êste estado de cousas (ACADEMIA, 1947, p. 7).

Portanto, num determinado momento, as próprias acadêmicas perceberam que a ALFRS estava deixando a desejar em alguns dos seus aspectos organizacionais. Fato que pode ser concluído mais precisamente pela listagem de itens resolvidos após debate das presentes para tentar “contornar” tal situação<sup>18</sup>.

No que tange à natureza da instituição, o artigo nº 1 dos extratos dos seus Estatutos estabelecia que a ALFRS “*é uma entidade de caráter puramente literário*, constituída de

---

<sup>17</sup> O episódio e os comentários a ele referentes voltarão à pauta no segundo capítulo. Apenas como reforço, vale à pena referir que Moschetti esclarece alguns pontos em seu livro “*Histórico das minhas fundações*” a respeito da falta de espaço para a publicação perante os editores. A escritora supõe que por não ser conhecida dos editores, eles deveriam pensar que não sabia escrever o português (mesmo que sua nacionalidade e sotaque levassem a dúvida em relação a isso), deixando, então, o manuscrito encaminhado para análise “jogado em alguma prateleira, ficando lá a dormir o sono do esquecimento a mercê das traças e baratinhas...?” (MOSCHETTI, 1971?, p.105). Salienta também que este pouco valor e importância que davam às produções literárias femininas foi o que lhe fez pensar se, unidas num sodalício cultural, elas [as escritoras] poderiam se impor com mais força as autoridades. Nas suas palavras: “Não é a união que faz a força? Pois então, disse eu, farei essa união”. (MOSCHETTI, 1971?, p. 106). Este fato, por sua vez, está ligado, segundo a *imortal*, as publicações como um negócio, que fazia com que passassem pela análise de um funcionário da livraria (possivelmente *Livraria do Globo*). E este funcionário, ironiza Lydia, supostamente seria um “escritor competente”. Por fim, justificando a fundação de um sodalício feminino, escreveu que “a alma poética não é privilégio de classe, mas de inteligência, estudo e vocação”. (MOSCHETTI, 1971?, p. 106). Um adendo: o livro *Histórico das minhas fundações* não possui ficha catalográfica, entretanto, no seu início há comentários de 1971 sobre a sua *Autobiografia* de 1970; então, aqui se convencionou como 1971 o ano provável de sua publicação.

<sup>18</sup> Dentre estes itens estavam fazer uma “campanha de prestígio” da ALF em Porto Alegre, “por meio de publicidade séria e sem sensacionalismo”, bem como uma campanha de alistamento de novas associadas e também atividades para o desenvolvimento da Academia “pondo em execução especialmente o círculo de valorização de mulheres de destaque na sociedade portoalegrense”. Os outros itens eram relacionados justamente a questões organizacionais do quadro acadêmico: extinção do quadro de “aspirantes”, por ser “inoperante”, e “uma revisão no quadro atual das acadêmicas, pela sua classificação, em diplomadas; eleitas, não diplomadas, e correspondentes”, sendo que esta revisão deveria ser publicada em notícia nos jornais da cidade (ACADEMIA, 1947, p. 7-8).



Socias Acadêmicas, socias Titulares e socias Correspondentes, cujos direitos e deveres e responsabilidades, são regidos pelos presentes Estatutos”; e teria a finalidade, conforme o artigo segundo, “de congregar as mulheres de letras do Rio Grande do Sul, (e) procurará por todos os meios ao seu alcance, colaborar para o alevantamento e aprimoramento da inteligência da mulher Brasileira”.

SILVEIRA (2008), em sua dissertação sobre o *Parthenon Literário* (instituição bem anterior à Academia), aponta para o fato de que aqueles literatos também tinham a pretensão de criar uma entidade com *caráter puramente literário*, como aparece igualmente no artigo acima citado dos Estatutos da ALFRS, pois “não viam com bons olhos” a ligação da política com a literatura, já que aquela tiraria a “pureza” dessa última. Estas duas dimensões eram vistas como opostas pelos seus membros, mesmo o *Parthenon Literário* não tendo sido, segundo a historiadora, um local de consagração apenas *literário*.

Esta ligação da política com a literatura, embora negada oficialmente, é face importante do processo de constituição da ALFRS, pois permeava as relações presentes na Academia. Vejamos alguns pontos neste sentido.

Em dezembro de 1946, Lydia Moschetti fez uma comunicação sobre o convite que havia recebido do Partido Social Progressista “para entrar na chapa dos candidatos à deputação estadual, como representante da Academia Literária Feminina” (o que reitera a repercussão da entidade e também seu “peso simbólico” – bem como também o de Lydia Moschetti); porém

Ela declina do convite declarando que a Academia, sendo uma *associação de caráter puramente literário* não poderia assumir qualquer compromisso de caráter político. A casa concorda com a solução dada pela sra. presidente e louva a sua atitude (ACADEMIA, 1943, p. 92. Grifos meus).

Apesar desta reiteração do caráter puramente literário da Academia três anos depois da sua fundação, é necessário cautela na análise. Mesmo a ALFRS não tendo um caráter “partidário”, a política estava presente desde o seu início, principalmente por meio de Lydia Moschetti e de seus contatos com políticos no governo; por exemplo, com o Secretário de Educação e Cultura, “Dr. Coelho de Souza” (sempre convidado para as solenidades, agradecia, comparecia ou encaminhava representantes) e com o próprio Interventor Federal no Estado, “Ten. Cel. Ernesto Dorneles”, este último para quem solicitaram, em setembro de 1943, uma audiência, na qual uma “comissão desta entidade lhe fosse apresentar a *cordialidade das intelectuaes gaúchas*” (ACADEMIA, 1943, p. 22 – Grifos meus).

No dia 23 do referido mês, uma comissão do “*sodalício feminino*” foi ao Palácio do Governo reunir-se com ele:

a quem foi levar o cumprimento de cordialidade e *solicitar apoio moral e material para a grandiosa obra cultural a que se propôs*; tendo S. Excia demonstrando grande simpatia e prometido amparar, na medida do possível a esta novel entidade (ACADEMIA, 1943, p. 24 – Grifos meus).

Ainda no que tange às relações da ALFRS com personagens do cenário político, as demandas de auxílio material foram aumentando no decorrer do período estudado nas atas (1943-1949), pois as menções a “dificuldade financeiras” começaram a ser relatadas. Em 1946, por exemplo, a Presidente informou à *casa* das medidas tomadas na tentativa de obter *subvenção* do governo para aquele *sodalício*, o que de fato aconteceu oficialmente em 1948, com o ato do Governo Federal “pelo qual foi concedido à Academia Literária do Rio Grande do Sul o subsídio anual de dois mil cruzeiros”. Sua presidente recém-empossada, Dra. Aurora Nunes Wagner, “salientou que essa subvenção muito desvanece a Academia, pois tais favores somente são concedidos a entidades de reconhecida utilidade publica” (ACADEMIA, 1948, p.12).

Além da ajuda material, estas relações demonstrando *cordialidade* também envolvem uma busca importante de *apoio moral*, ou seja, de reconhecimento naquela sociedade por meio de figuras conhecidas (com influência e poder) junto aos espaços para as práticas dos intelectuais. De forma semelhante, RODRIGUES (2001) analisa as relações entre literatura e política na Academia Brasileira de Letras no período de 1896 – ano de sua fundação - até 1913. Ele demonstra que a proposta daquela instituição de limitar-se ao “cultivo das letras e a preservação da língua portuguesa” foi o modo pelo qual os acadêmicos gostariam que os víssemos – mesmo atualmente (RODRIGUES, 2001, p. 26).

O objetivo da Academia Brasileira de Letras era de “[...] ser uma instituição apolítica, onde reinava a cordialidade, sem divisões internas, sem fraturas e sem momentos críticos, imagem esta que é até hoje proposta pela ABL” (RODRIGUES, 2001, p. 29-30). Apesar disso, o pesquisador aponta que as divisões internas existiam. Seus membros, por exemplo, não tinham as mesmas posições em relação à República a pouco estabelecida, pois entre eles havia monarquistas e republicanos. Então, a busca pela aparência de uma instituição desvinculada da política, também tinha como objetivo não comprometer um possível apoio estatal, com auxílio material e reconhecimento – que inicialmente foi negado.

Então, e isso também vale para o caso aqui estudado, é preciso atenção para não adotar o discurso da entidade como a sua prática, pois como o autor ressalta:

Incorremos na necessidade de ficarmos atentos para o fato de que, em uma instituição literária – ou em qualquer outra –, é impossível escapar à análise do seu jogo político interno, mesmo se ela procura eliminá-lo. É preciso aceitar que se forma, muitas vezes à revelia do discurso, uma prática mais fluida e dinâmica do que as aparências nos fazem imaginar (...). (RODRIGUES, 2001, p. 29).

Além disso, ter como objetivo a criação de uma academia de letras de *caráter puramente literário* também é um objetivo político, sendo, por conseguinte, *impossível escapar à análise do seu jogo político interno*, pois haverá decisões a serem tomadas frente a situações específicas e, portanto, escolhas por “este” ou por “aquele” caminho. Por fim, a fundação desse tipo de instituição já pode ser considerada um “ato político”, já que não deixa de ter como função a reivindicação de um espaço de visibilidade na sociedade.

Retomando a análise do *projeto* da ALFRS, as suas atividades desenvolvidas com base no “programa cultural” estatutário também tinham desdobramentos em função dos apoios materiais e morais citados. Este programa previa que a Academia deveria realizar: sessões públicas, com conferências de sócias sobre “figuras de valor das letras femininas do Rio Grande do Sul”; comemorações de datas cívicas; recepções a personagens ilustres que transitassem por Porto Alegre (mulheres intelectuais, das mais variadas áreas); realização de concursos literários para moças; e, por fim, uma atividade que se desdobrava em várias ações: o intercâmbio cultural.

A solicitação enviada por Hecilda Clark em 1944 (que morava no Rio de Janeiro, capital federal no período) exemplifica um desses desdobramentos: a ALFRS enviou um telegrama àquela escritora gaúcha, sócia correspondente, aderindo ao movimento por ela encabeçado em prol da homenagem a ser prestada ao “egrégio chefe da Nação, por ocasião do aniversário natalício S. Exia., pelas mulheres intelectuaes do Brasil” (ACADEMIA, 1944, p. 35). Outrossim, atividades como o “Ciclo de Valorização da Mulher”, que consistia em homenagens “às mulheres de valor social em Porto Alegre” (ACADEMIA, 1946, p. 78), eram realizadas e, entre outras mulheres selecionadas para receber a distinção, esteve a Primeira Dama do Estado “Exma. Sra. D. Ana Jobim” (esposa do “Digníssimo Governador Walter Jobim”), que foi homenageada “pelas suas obras de filantropia” (ACADEMIA, 1948, p. 13-15)<sup>19</sup>. No mês de dezembro de 1949, novamente “tratou-se da homenagem a ser feita a Exma. Sra. Ana N. Jobim, no dia 12 do referido mês, data de seu aniversário natalício (...)”. Portanto, o *jogo político* estava presente nas ações da ALFRS, pois, mesmo sem um caráter diretamente partidário, ela tinha aproximações com os governos, seja estadual, seja federal, como no caso da homenagem citada.

Conforme supracitado, outro ponto marcante da atuação da ALFRS, e que estava previsto no seu “programa cultural”, foi o intercâmbio cultural. O conteúdo das atas

---

<sup>19</sup> Após a queda de Getúlio Vargas (que dirigiu o país entre 1930, quando tomou o poder, até 1945 - sendo que de 1937 até 1945, governou por meio de uma ditadura, o “Estado Novo”), em outubro de 1945, o “Ten. Cel. Ernesto Dornelles”, que era o Interventor Federal no Rio Grande do Sul até então, saiu do governo do Estado. Walter Sá Jobim foi o governador eleito e tomou posse em 1946 (GERTZ, 2005, p. 39-40).

demonstra o quanto havia de redes sendo estabelecidas por meio de correspondências e ofícios, vindos do estado, do país e também do exterior, principalmente de países da América do Sul, mas também dos Estados Unidos, Portugal, entre outros lugares. As manifestações são diversas, desde palavras de solidariedade à instituição até doações de livros e revistas por parte de seus autores e/ou entidades. É perceptível que esta grande quantidade de contatos estava atrelada, sobretudo, à figura de Lydia Moschetti. O que permite levantar esta hipótese são as várias correspondências que eram direcionadas diretamente a ela, pois Lydia era quem, de forma geral, fazia os envios de correspondências e conhecia tais pessoas e/ou instituições, e, mesmo após se afastar da presidência, passou, pouco depois, a integrar a diretoria, no cargo que tratava justamente do “ intercâmbio cultural”.

Além disso, a participação constante em eventos para os quais eram convidadas e a montagem, por exemplo, do *Concurso de Contos* (1943)<sup>20</sup>, ou da *Exposição do Livro Americano* (1947)<sup>21</sup>, eram formas das acadêmicas se fazerem presentes no “campo intelectual” local. E, desta maneira, o *projeto pretendido* passava então progressivamente a ser “aceito”, ou, ao menos, as mulheres que faziam parte daquela instituição literária se tornavam “bem vistas” pelas parcelas da sociedade que as convidavam para eventos, como a Academia Sul Riograndense de Letras, parceira desde a fundação, e a Academia Riograndense de Letras, filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil, que no início estava em parceria com ALFRS, mas que, depois, com ela entrou em atrito após o envio de uma correspondência...

\*\*\*

“*Adão não quer saber da concorrência de Eva na literatura...*”. Este foi o título da entrevista que Lydia Moschetti concedeu ao jornal *Correio do Povo* em 24 de agosto de 1943, sobre a missiva que lhe foi encaminhada pela Academia Riograndense de Letras, “assinada pelo seu Secretário perpetuo Sr Ary Martins” (ACADEMIA, 1943, p. 28-30). Segundo as acadêmicas da ALFRS (em *Sessão Geral Extraordinária*), na carta o “sodalício federalizado negava-se, em termos claros e inabaláveis, em reconhecer a Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul”, e, “indo além em sua deselegância, o Sr. Ary Martins”

<sup>20</sup> “Concurso literário entre ginasianos e universitários da capital, por ocasião da ‘Semana da Patria’ e em homenagem a poetisa cega Delfina Benigna da Cunha” (ACADEMIA, 1943, p.13).

<sup>21</sup> Exposição promovida e executada por Lydia Moschetti, para fomentar o intercâmbio cultural. Posteriormente, Lydia teria comentado da colaboração dos escritores estrangeiros, que enviaram valiosos volumes, muitos pagando altos valores por via aérea, fazendo com que a exposição tivesse livros de todos os países da América. No entanto, lamentou que a colaboração dos brasileiros, especialmente das mulheres, não tenha sido “tão franca e decidida” (ACADEMIA, 1947, p. 5-verso).

sugere, em nome de seus pares que, “para merecer o apoio da Academia Riograndense” – deveria a Academia Feminina – “se arregimentar não numa outra Academia, mas num simples grêmio de letras”; porquanto aquele cenaculo, “não quer fugir ao cumprimento do principio em que se firmou de não reconhecer a existência de qualquer grêmio de letras, no Estado, que se venha a [se] constituir com o título “Academia”, principio este decorrente de outro, já implicitamente aprovado desde fins de 1941, de que tudo se fará dentro da Academia Riograndense de Letras, para que desapareça do cenário intelectual do Estado essa pluralidade de academias que com razão, é tão acremente comentada e ridicularizada em todas as rodas.” (ACADEMIA, 1943, p. 29).

A carta na íntegra foi divulgada na reportagem referida<sup>22</sup>, que cita as quatro academias literárias existentes em Porto Alegre naquele momento: a Riograndense de Letras (única que era oficializada pela Federação das Academias de Letras do Brasil); a Academia de Letras do Rio Grande do Sul (“a mais antiga de todas”); a Sul Riograndense de Letras; e por fim a recém fundada Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul. Segundo a reportagem:

A Academia das intelectuais gaúchas começou sob os melhores auspícios, isto é, contando coma simpatia cavalheiresca dos sodalícios varonis. Mas a verdade, parece, é que os “adões” não acreditavam muito no êxito das “evas” (CORREIO DO POVO, 24 de agosto de 1943).

O conteúdo da missiva evidencia que houve um debate sobre o apoio da Academia Riograndense de Letras à nova entidade, pois aquela agiria “desde há muito” no intuito de unificação e, dessa forma, não poderia “paraninfar e nem mesmo reconhecer a criação de mais uma entidade desse gênero, embora exclusivamente feminina”. A carta de Ary Martins, segundo ele, expressaria as ideias de seus colegas, os quais defendiam que já existia a Riograndense de Letras com apoio do Governo do Estado, e que seus quadros estavam, como sempre estiveram, “abertos para que neles se inscrevessem os verdadeiros valores femininos das letras gaúchas” (abertos para que as escritoras frequentassem as sessões, como acontecia, mas aparentemente sem transformá-las em *imortais*).

Ary Martins escreveu, porém, que os membros da diretoria da Riograndense, argumentaram – como a própria Lydia Moschetti já teria declarado em alguma de suas

<sup>22</sup> A reportagem possui um tom bastante irônico e sensacionalista ao abordar este atrito, e indo mais além na análise, poder-se-ia dizer *machista*. Por exemplo, a chegada da carta ao sodalício feminino é tratada da seguinte forma: “A carta caiu como uma bomba em pleno *grêmio literário de saias*”; e, ao se referir à recepção do conteúdo da missiva, o texto sugere que “como resultado, estabeleceu-se um animadíssimo ‘poligolo’ (espécie de conversação em que se empenham mais de duas mulheres. Todas falam e ninguém se entende)”. A notícia desde o seu título (“Adão não quer saber da concorrência da Eva na literatura...”), até o seu conteúdo (em parte aqui citado), apresenta o assunto com certo menosprezo, indicando também não reconhecer a nova entidade como *Academia*, mas como um *grêmio literário de saias*. Porém, o tratamento dispensado à Lydia Moschetti é de grande respeito, demonstrando o prestígio que a escritora tinha naquela sociedade: “esqueceram-se que à frente da Academia Feminina estava Lidia Moschetti, quer dizer, uma senhora acostumada a levar a diante quantos empreendimentos tem empreitado e que havia feito, da novel entidade, a ‘menina dos seus olhos’”.

sessões<sup>23</sup> –, que nem todos os “elementos que integravam a Academia Feminina (...) estariam em condições, pela sua situação de moças que recém se iniciavam – algumas delas – no trato das letras – de fazer parte da Academia masculina”. Mesmo assim, os que “estavam em terreno oposto” explicaram que isto não justificaria a criação da academia feminina, e que

[...] esses elementos mais fracos, da nossa intelectualidade do outro sexo, poderiam de preferencia – caso desejassem o apoio da Academia Riograndense – se arregimentar não numa outra academia, mas num simples grêmio de letras (CORREIO DO POVO, 24 de agosto de 1943).

Colocado o tema em votação, venceu a proposta de ponto de vista contrário ao da Diretoria (pois, segundo Ary Martins, a Diretoria não era contra a criação da entidade feminina de letras, mesmo que tenha se manifestado da maneira acima citada). Então, Ary ficou incumbido de informar a Lydia sobre a questão. O remetente salientou que a Academia Riograndense de Letras estaria disposta a apoiar e cooperar com as componentes da Academia Feminina, caso essa tivesse outra designação (como “grêmio ou centro de letras”)<sup>24</sup>.

Lydia Moschetti, então, na entrevista ao jornal, disse que elas estavam “orgulhosas”, pois “si nos combatem, é porque nos temem. E temendo-nos, colocam-nos num grau de superioridade, porque não é lícito crer que nada vale ou que não possa fazer sombra”. Ela ainda comentou que houve tentativa de aproximação com a entidade congênere, para ambas estarem em “harmonia”: “queríamos cultivar o intercambio cultural num ambiente de aproximação e compreensão”. No final da reportagem, teria dito ao repórter, com “um sorriso em forma de V da vitória”: “Isto vai ser um angu de caroço”.

No dia 31 de outubro de 1943, uma matéria no jornal *Correio do Povo* voltou à questão. Nela constavam perguntas do jornal entregues ao presidente da Academia Literária Sul Riograndense, Dr. Walter Rosa, para que se posicionasse em relação às declarações da Academia Riograndense de Letras, identificando-o como o “*gentleman*” que salvaria a “reputação galante dos nossos intelectuais, inclusive a dos oradores de sobremesa especialistas em brindes à mulher gaúcha...”. Rosa então declarou apoio à nova academia e,

<sup>23</sup> Essas “sessões” em que Lydia reiteraria a argumentação, segundo Ari Martins, da Diretoria da ARL, aparentemente são as que aconteciam naquela entidade, já que as acadêmicas eram convidadas e participavam de alguns de seus eventos. Isto pode ser constatado através na entrevista de Lydia ao *Correio do Povo*, pois a mesma disse que as acadêmicas não iriam mais comparecer aos serões literários promovidos por aquela Academia (na entrevista, ainda teria ironizado o fato de que, na última sessão pública da ARL, haveria apenas 20 pessoas, das quais 14 eram do seu grupo, e que não comparecendo mais aos serões, “queria ver onde eles iriam arranjar auditório”).

<sup>24</sup> Posteriormente, em seu livro *Histórico das Minhas Fundações* (1971?), a própria escritora Lydia Moschetti relativizou a posição de Ary Martins na carta de protesto que este havia lhe enviado. Lydia informou que foi o próprio secretário da Academia masculina que, *gentilmente*, forneceu diversos nomes e endereços de poetisas porto-alegrenses quando havia resolvido criar a ALFRS. A *imortal* sugere, por fim, que talvez Ary dirigiu-lhe a carta “a contragosto”, já que sempre foi um bom amigo delas [das acadêmicas] (MOSCHETTI, 1971?, p. 111).

quando indagado se no “terreno da competição intelectual” o homem deveria à mulher a mesma “gentileza e cavalheirismo que no trato social”, respondeu com a seguinte explicação:

Si, é bem verdade que à mulher está reservado “um lugar ao sol”, no cenário literário, não menos razoável será que ao homem esteja predestinado a sublime tarefa de guiar a sua eterna companheira ao “EDEN DAS LETRAS”, e nessa altura a inteligência e saber humano que não têm sexo, se confundem nos páramos da imortalidade. Daí não haver, nem de leve sequer motivos para que “ADÃO” se julgue superior a “EVA”<sup>25</sup>.

Outras reportagens foram feitas utilizando a temática do atrito entre as academias. Um ponto interno à ALFRS importante ainda não mencionado é a “eliminação” ou a “saída” (dependendo do ponto de vista) de uma componente (Diva Machado Pereira) da entidade em função da entrevista de Lydia concedida ao jornal *Correio do Povo*. Diva posicionou-se em carta de repúdio direcionada à presidente, dizendo ter tido “a mais desagradável surpresa” ao ler o *Correio do Povo* daquele dia e constatando a “falta de linha, essa linha que como mulheres, devemos nos esforçar sempre em manter”:

Porque tal entrevista, além de escandalosa e ridícula, é extremamente depreciativa para nós, como mulheres e como “acadêmicas” que desejamos ser. Enquanto um membro da academia do sexo forte nos dirige uma carta em termos fidalgos, ainda que em essência essa carta diga coisas que nos desagradam, nós vamos para um jornal, que absolutamente NÃO É NOSSO AMIGO (disso temos provas suficientes), dizer algumas verdades, sim, mas que desaparecem entre muitas inverdades, entre coisas verdadeiramente tolas e pretenciosas (“não compareceremos mais aos serões literários que eles promoverem e quero ver onde é que eles vão arranjar auditório...”) [...]. a “ALF” atirou-se ferozmente, como um bando de ferasinhas excitadas, não podendo sofrer sosinha e com superioridade a negativa da “ARL”<sup>26</sup>.

Diva completou seu pensamento dizendo que Lydia acharia que ela era tola, ou que tinha “sangue de barata”, porém acreditava que a atitude da presidente foi deselegante, e finalizou afirmando:

Não sou puritana (...). Mas, faço questão de permanecer mulher, tendo atitudes de mulher. Deixemos para o homem, que é rude, os gestos bruscos, as atitudes grosseiras. E eles mesmos, muitas vezes, são incapazes disso. Sou do parecer que podíamos responder aquela carta à altura (...) mostrando uma verdadeira superioridade e independência (...)<sup>27</sup>.

Em razão desta carta, Diva Machado Pereira foi “eliminada do quadro acadêmico”, pois discordou “das disposições tomadas pelo órgão administrativo do sodalício” e, segundo a

<sup>25</sup> Não se apresse, caro leitor, pois a resposta do Dr. Walter Rosa será analisada com mais detalhes no próximo capítulo, e este primeiro já está chegando ao fim...

<sup>26</sup> Carta de Diva Pereira Machado enviada à Lydia Moschetti, in: *Correspondência Enviada/Recebida*, 1943-1950 do Arquivo da ALFRS.

<sup>27</sup> Carta de Diva Pereira Machado enviada à Lydia Moschetti, in: *Correspondência Enviada/Recebida*, 1943-1950 do Arquivo da ALFRS. No restante da carta, Diva também critica alguns pontos referentes ao “Concurso de Contos”, e a escolhida como vencedora.

ata de 20 de novembro de 1943, ficou “inflexível em sua opinião, em carta dirigida a Sra. Presidente” (ACADEMIA, 1943, p. 32)<sup>28</sup>.

As falas de Diva expressam uma *visão androcêntrica* que se impõe como neutra, segundo a análise da *dominação masculina* proposta por BOURDIEU (2005), ou seja, diz respeito à “força da ordem masculina” de explicação que dispensa justificção. A *violência simbólica* está presente no episódio, pois Diva, julgando as mulheres como não sendo o *sexo forte*, concede ao dominante sua adesão (BOURDIEU, 2005, p.47). Neste caso, o *sexo forte* é o homem, que *é rude*, e por isso (*naturalmente*) poderia ter *gestos bruscos e atitudes grosseiras*; ou seja, há uma *incorporação da dominação*, necessária para haver a adesão e, por conseguinte, *violência simbólica*. As atitudes “de mulher” defendidas pela escritora não deixam de apontar para outras, as “de homem”, e recaem num posicionamento de afirmação da dualidade, em que a diferença biológica entre os sexos passa a ser vista como justificativa da diferença socialmente construída entre os gêneros (BOURDIEU, 2005, p. 20).

\*\*\*

Estes embates tanto externos como internos só existiram porque um *projeto* de “academia literária” se implementou, projeto esse ligado tanto às dimensões de gênero quanto aos espaços para as práticas dos intelectuais da sociedade porto-alegrense daquela década de 1940, ou seja, dois aspectos da vida da cidade, vista aqui como um *campo de possibilidades*. Como foi *possível* este *projeto* em relação àquela sociedade? Quem, afinal, foram estas mulheres que fundaram junto com Lydia Moschetti uma *Academia Literária Feminina*? Quem foi *Lydia Moschetti*, tão prestigiada pelo *Correio do Povo* e por várias outras entidades e indivíduos do Brasil e do exterior? Estes são assuntos para os próximos capítulos...

---

<sup>28</sup> Posteriormente, Diva ainda encaminhou outra carta falando sobre a sua “eliminação”, ressaltando que essa não teria razão de ser, pois teria dito na carta que se não reconsiderassem “certas coisas” ela mesma “deixaria a ALF”. Ainda atribuiu ao fato de haver chegado ao conhecimento da Academia sua visita à ARL a necessidade de “eliminá-la”, considerando a questão como infantil e fútil: “Quanta infantilidade! E, principalmente, quanta futilidade!”. “Carta a Academia Literária Feminina, na pessoa de sua digna presidente Sra. Lídia Moschetti”. Acervo da ALFRS.



## II. AS EVAS, OS ADÕES E O JARDIM DO ÉDEN DAS LETRAS: Porto Alegre da década de 1940 como *campo de possibilidades* nas suas dimensões de gênero e de espaços para as práticas intelectuais

“A alma poética não é privilégio de classe, mas de inteligência, estudo e vocação.”

Lydia Moschetti<sup>29</sup>

Segundo capítulo iniciando; no entanto, questões latentes do primeiro fazem com que o início deste se faça pelo fim daquele: em 1943, como foi citado, o então presidente da Academia Literária Sul Riograndense, Dr. Walter Rosa, respondeu às questões do *Correio do Povo* em relação ao posicionamento da Academia Riograndense de Letras sobre a fundação de uma nova academia, a ALFRS.

O referido “*gentleman*” posicionou-se dizendo “não haver, nem de leve sequer motivos para que ‘ADÃO’ se julgue superior a ‘EVA’”, mesmo “que ao homem [estivesse] predestinado a sublime tarefa de guiar a sua eterna companheira ao EDEN DAS LETRAS”<sup>30</sup>. Demonstrou, portanto, que o fato não era que “Adão não quer[ia] saber da concorrência de Eva na literatura...”, pelo contrário, deveria até mesmo *guiá-la* ao local sublime, o “Éden das Letras”. Ou seja, Rosa apresenta uma posição contraditória. Por um lado, diz que o homem não é superior à mulher, por outro, ressalta que ele deve *guiá-la* ao local que é superior, o “paraíso”, pela tradição bíblica. Este é o espaço em que a mulher deixaria de ser mulher, pois se trata de um âmbito onde “a inteligência e saber humano [...] não têm sexo, [e] se confundem nos páramos da imortalidade”. Mas porque aos homens caberia esta função de guias se a literatura é assexuada?

Ary Martins<sup>31</sup>, por sua vez, aparentemente não estava disposto a ser *guia* de ninguém, pois salientou em sua carta endereçada à Lydia que nem todas as integrantes da Academia Feminina estariam em condições de “fazer parte da Academia masculina”, e que os elementos “mais fracos da nossa intelectualidade do outro sexo” deveriam se arregimentar “não numa outra academia, mas num simples grêmio de letras”. Seu comentário posterior, entretanto, leva à reflexão se o problema foi a fundação de uma nova “academia de letras” (*feminina*), ou se o que causou aflição nos acadêmicos foi uma possível “divisão de verbas”, já que, como seus colegas alegaram, a ARL já tinha o *apoio* do Governo do Estado.

<sup>29</sup> Trecho do livro “*Histórico de minhas Fundações*” (1971?).

<sup>30</sup> *Correio do Povo*, 31 de outubro de 1943. Arquivo da ALFRS.

<sup>31</sup> Ary Martins ou o grupo o qual representava como secretário da Academia Riograndense de Letras.

Os episódios citados são pontos-chaves para problematizar o *campo de possibilidades* em relação aos espaços para as práticas de [mulheres] intelectuais e a recepção e repercussão da ALFRS na Porto Alegre da década de 1940: verifica-se uma dualidade de posições quanto à fundação da nova entidade de letras, e também certa contradição quanto à (não) superioridade do homem em relação à mulher escritora. Outros indícios interessantes para pensar estas questões são as falas de Lydia Moschetti em julho de 1943 sobre a escritora Lila Ripoll à *Revista do Globo* (numa mesa redonda promovida pelo periódico), e trechos de um artigo publicado em agosto do mesmo ano pela referida revista (alguns já mencionados no capítulo anterior).

Primeiramente, quem foi *Lila Ripoll*? Foi professora, escritora e, segundo MARTINS (2012), iniciou sua militância no PCB nos anos 1930. Contudo, no período do regime estadonovista ocupou um cargo público no Gabinete da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e, mesmo o Secretário sabendo que ela era considerada *subversiva*, “nem ligava”, pois respeitava a ideologia de seus auxiliares, esperando deles lealdade e dedicação<sup>32</sup>.

O Secretário de Educação, Coelho de Souza, faz-se necessário relembrar, foi convidado para diversas solenidades da ALFRS, sendo que a entidade encaminhou-lhe felicitações quando seu nome foi confirmado para o cargo. Nas atas aparecem referências aos telegramas de agradecimento do “Dr. Coelho de Souza” (José Pereira Coelho de Souza) pelas referidas felicitações e pelos convites oficiais que lhe foram enviados, bem como à sua presença ou representação (“Sr. dr. Salvador Garcia Carraveta”, em 1944) em várias solenidades da entidade (ACADEMIA, 1943, p. 23; 1944, p. 51; 1945, p. 58; 1948, p. 15-16). Ou seja, Lila Ripoll, que desenvolvia um trabalho nas letras muito admirado na época, chegando a “glória” quando lhe foi concedido o Prêmio Olavo Bilac, pela Academia Brasileira de Letras em 1943, em algum momento deve ter tomado ciência da existência da Academia Literária Feminina que havia sido fundada em Porto Alegre, já que fazia parte da Secretaria de Educação.

A partir das fontes, pode-se supor que Lila não despertava a admiração da presidente da entidade, Lydia Moschetti. O que fez supor isso foi a fala desta última reproduzida da *Revista do Globo* por MARTINS (2012), fazendo com que um fato aparentemente “dado”

---

<sup>32</sup> O fato de ser comunista e ocupar um cargo no Governo, segundo a pesquisadora, pode causar estranhamento à primeira vista, não somente pela aceitação por parte do Governo, que neste período tentava realmente cooptar os intelectuais, mas também por parte da escritora. Entretanto, Martins interpreta que, sendo Lila professora e solteira, a função remunerada junto ao Gabinete da Secretaria de Educação, além de lhe proporcionar um salário, também poderia garantir-lhe “visibilidade positiva e prestígio, recursos importantes para quem pretendia se lançar na carreira literária” (MARTINS, 2012, p. 213).

tivesse que ser problematizado. Vamos a ele: a presidente da ALFRS encerrou os trabalhos da entidade no dia 24 de julho de 1943 para que a Academia Literária Feminina

comparecesse incorporada a homenagem que seria realizada na sede da Associação Riograndense de Imprensa, e levada a efeito pelos intelectuaes gauchos a Senhorinha Lila Ripol, poetisa laureada com premio “Olavo Bilac” pela Academia Brasileira de Letras (ACADEMIA, 1943, p. 15).

Até o momento da leitura da ata, entendia-se que Lila Ripoll era admirada pelo sodalício feminino, já que suas integrantes iriam à solenidade e não há nenhum comentário negativo a seu respeito. Entretanto, MARTINS (2012) “rastreou” através da *Revista do Globo* algo que não estava explícito no documento analisado<sup>33</sup>. No mês e ano da homenagem, Lydia disse a esse periódico, na reportagem *Mesa Redonda com as Imortais*, do dia 22 de julho de 1943, que Lila representava “coisa muito fraca, fraquíssima”.

A opinião da presidente da ALFRS deve ser contextualizada. A reportagem, em que representantes da revista, que supostamente não conseguiram disfarçar o embaraço por “desconhecerem em absoluto as acadêmicas”, disseram que essas últimas sentiam-se prejudicadas pela “*grande imprensa*”, que não reconhecia seus talentos e não admitiam que “muitas vezes escreviam melhor que os homens” (MARTINS, 2012, p. 218). Outras senhoras teriam reclamado da falta de espaço para publicação e das recusas de editoras e jornais da capital e, noutra reportagem (*Um Jantar com as Imortais*, do dia 14 de agosto de 1943), Lydia acusou fortemente a *Revista do Globo*, dizendo que havia “*panelinhas literárias*”, e que a *Globo* era “*a pior delas*”, onde existiria “(...) uma rasgação de seda cretiníssima. Uns elogiam os outros. E todos se fecham para os demais (...). Todos fechados... Todos se elogiando”<sup>34</sup>.

Lila Ripoll foi aceita neste “círculo” da Livraria e Editora do Globo, que era formado predominantemente por homens, e a crítica à escritora pode, então, não ser apenas à qualidade da sua poesia, mas também a sua inclusão num domínio que, para as acadêmicas da ALFRS, era opressor, já que fechava o mercado aos que *se elogiavam*, ligando-os, e excluindo quem não tinha uma gama de relações pessoais próximas daquele grupo<sup>35</sup>. Neste sentido, estar presente na homenagem prestada a Lila, igualmente, poderia ser uma forma de dar visibilidade às acadêmicas, bem como à *Academia Literária Feminina* que então completava, aproximadamente, apenas três meses.

<sup>33</sup> O que reforça a ideia apresentada no primeiro capítulo sobre as fontes não dizerem “o que aconteceu”, mas sim fornecerem elementos para o seu entendimento. Os documentos, além de serem produzidos para um fim específico e conforme sua funcionalidade, e não para registrar a história, fornecem (como as atas utilizadas) *elementos* para a compreensão, mas não a compreensão em si.

<sup>34</sup> Ambas as reportagens estão presentes no Arquivo da ALFRS e foram analisadas na íntegra.

<sup>35</sup> Lila Ripoll, posteriormente ao período estudado, foi escolhida patrona da cadeira número 26 da ALFRS por Aracy Dantas de Gusmão Perillo, em abril de 1969 (Lila morreu em 1967).

Os casos mencionados até aqui mostram um pouco das formas e dos espaços para as práticas das mulheres intelectuais existentes no início da década de 1940 em Porto Alegre. Contudo, é adequado trazer mais algumas reflexões. Lila Ripoll foi professora, como foi aludido, e teve um Cargo na Secretaria de Educação do Estado.

Em relação à prática docente é preciso destacar que, conforme LOURO (2011), houve uma “feminização do magistério” a partir do final do século XIX, ou seja, aos poucos uma área que era dominada pelos *mestres*, foi transformando-se em um “*trabalho feminino*” com o crescente abandono dos homens das salas de aula (LOURO, 2011, p. 448-449). No entanto, foi necessário legitimar a docência das mulheres, já que o destino primordial das moças era a maternidade. Para tanto, esta foi atrelada àquela, de forma que “*ser professora*” era uma extensão da “*vocação natural*” das mulheres, como “*ser mãe*” (uma “*mãe espiritual*” no caso da sala de aula)<sup>36</sup>. Mesmo assim, o magistério foi uma forma de acesso a outras áreas e cargos públicos, como pode ser verificado no caso de Lila Ripoll.

Por fim, tendo em vista os dados apontados, poder-se-ia indagar: as mulheres naquele período já eram “independentes”? Estudavam e trabalhavam, portanto? Desde quando? De modo geral, elas tinham espaço(s) para ser tornarem escritoras naquela sociedade? Assim sendo, as próximas páginas servirão para delinear o *campo de possibilidades* relativo aos espaços para as práticas intelectuais e à dimensão de gênero na cidade na década de 1940, com a finalidade de situar melhor a trajetória da ALFRS. Para tanto, serão destacadas questões referentes a outros lugares e também anteriores a este período, a fim de buscar o entendimento a respeito da criação e constituição do *projeto* da instituição literária *genuinamente feminina* pesquisada.

\*\*\*

A produção literária brasileira recebeu grande impulso com a vinda da família real portuguesa (1808), porém esta produção estava atrelada quase sempre a certos grupos políticos, como salienta SILVEIRA (2008), originando-se em função da busca de consolidação de um Estado independente. Assim, somente por volta da década de 1830 é que uma *literatura brasileira*, divulgada através dos periódicos, alcançou certo público, todavia, sem uma profissionalização literária do escritor.

---

<sup>36</sup> Essa lógica de *vocação* das mulheres para o ensino também acabava sendo uma justificativa para os salários reduzidos, pois, além de ser um trabalho de “um só turno”, visto como “complementar” ao do lar, era uma forma da mulher cumprir com a sua “*função feminina*” da maternidade – que como “*sagrada missão*” não se relaciona com valores monetários.

O período da Primeira República no Brasil, segundo MICELI (2001), teve a produção intelectual dominada pela grande imprensa, “que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais” naquela sociedade (MICELI, 2001, p. 17). Este foi o momento que se pode considerar como de formação da vida intelectual brasileira, porém foi somente após 1930 que houve a possibilidade de formação de uma classe de “escritores profissionais”, de acordo com o pesquisador, que analisou a atuação de intelectuais do período e também do primeiro governo Vargas (1930-1945).

Os intelectuais estudados por MICELI (2001) estavam relacionados com famílias em declínio, os “parentes pobres” da oligarquia, e procuravam no acesso à posição de escritor uma “estratégia de reconversão”. Ou seja, buscavam, através das relações sociais e do capital material ainda existente e disponível, “ocupar as novas posições criadas pela expansão do mercado de postos administrativos, políticos e culturais” (MICELI, 2001, p. 23).

Com o início da “República Nova”, em 1930, as transformações naquela sociedade foram inúmeras, tanto nos planos econômico, social e político, quanto no cultural (MICELI, 2001, p. 77). Conforme o sociólogo, “o desenvolvimento das instituições culturais, das organizações políticas e da máquina burocrática” traduziam “as transformações que passavam então as relações entre os diversos grupos dirigentes”, mas também refletiam a demanda de quem produzia e consumia bens culturais. Portanto, as transformações no mercado destes bens estavam associadas à situação material das classes dirigentes, que permitiam o recrutamento das “diversas categorias de intelectuais” (MICELI, 2001, p.76-77). No entanto, o recrutamento continuou dependente do “capital das relações sociais”, mas a “cooptação” de novas categorias passou a depender também de “trunfos escolares e culturais” – ainda mais quando havia concorrência no interior do campo intelectual (MICELI, 2001, p. 79).

A urbanização foi fator chave para o aumento da demanda de bens culturais, já que contribuiu para o crescimento da classe média (e assalariada). Com isso, mudanças ocorreram no mercado de trabalho intelectual que, com a expansão do mercado dos livros, permitiu que se formasse uma categoria de “escritores profissionais” (que viviam do trabalho intelectual exclusivamente). Não obstante, o Estado começou a se destacar como principal investidor e veículo de difusão e consagração da produção cultural, que, em consequência, assumiu uma tutela institucional.

A máquina burocrática desenvolveu-se, como foi mencionado anteriormente, o que levou ao aumento de secretarias governamentais (nos níveis federal e estadual) e crescimento de novos cargos públicos, sendo que muitos desses postos foram preenchidos por intelectuais.

Eles prestavam serviços às vezes estritamente burocráticos, sem nenhuma relação com o trabalho intelectual que continuavam a desenvolver paralelamente. Todavia, em outros casos, as duas atividades permeavam “a própria definição do trabalho intelectual”. De qualquer forma, instaurou-se:

uma situação de dependência material e institucional que [passou] a moldar as relações que as clientelas intelectuais [mantinham] com o poder público, cujos subsídios sustenta[va]m as iniciativas na área da produção cultural, coloca[va]m os intelectuais a salvo das oscilações de prestígios, imunes às sanções de mercado, e [definiam] o volume de ganhos de parte a parte. (MICELI, 2001, p. 215).

Assim, ainda que as mudanças posteriores à República Velha possibilitassem a constituição de uma camada de “escritores profissionais”, o acesso ao “*campo intelectual*” continuou a depender da transmissão de certa quantidade de capital social e cultural (e/ou escolar). Além disso, foram poucos os escritores que se mantinham exclusivamente do “trabalho intelectual”, visto que havia inúmeras dificuldades. Portanto, instaurava-se uma situação de dependência material e institucional com o Estado.

É preciso agora “desacelerar” a escrita do presente texto. Foram apresentadas, em linhas muito gerais, questões pertinentes ao entendimento do *espaço para as práticas dos intelectuais*, um “breve histórico” deste processo, contudo, é preciso perguntar: as mulheres estariam presentes no interior desse *campo intelectual*? A professora Lila Ripoll na década de 1940 fazia parte da *classe* de escritores-funcionários públicos em Porto Alegre, mas mesmo não sendo uma exceção, estava longe de ser a regra. Este fato é entendido como parte de um *processo* e, utilizando o título e conteúdo do livro de HAHNER (2003), do processo de *emancipação do sexo feminino*.

\*\*\*

Norma Telles, em seu texto *Escritoras, Escritas, Escrituras*, ressalta o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, particularmente o romance, na “cristalização da sociedade moderna”, já que “o século XIX é o século do romance”. Segundo ela,

escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações (TELLES, 2011, p. 401-402).

A “cultura burguesa”, aponta a autora, fundamenta-se em conceitos binários e oposições (“pai/mãe, homem/mulher, superior/inferior”), (d)escrevendo os *papéis sociais* e, com isso, (re)definindo o papel da mulher nessa reconfiguração da sociedade. Sendo assim, a mulher deveria ser “a ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o *anjo*

*do lar*, ou o oposto, [que seriam] as mulheres fatais ou decaídas” (TELLES, 2011, p. 402-403 – Grifo meu). A partir desta dualidade, a mulher era vista como um ser inferior (ou, no máximo, frágil, indefeso e despreparado para o mundo público), que deveria ser dominado ou guiado pelo homem, possuidor da “razão superior” – o Dr. Walter Rosa, como bom cavalheiro que foi, mesmo em meados da década de 1940, concordava de certa maneira com isso, já que não eximiu os homens desta *sublime tarefa de guiar suas companheiras ao “Éden das Letras”*.

A caracterização do feminino formulada desde o século XVIII, e que se colocou à sociedade burguesa, “definiu a mulher, quando maternal e delicada, como *força do bem*”, porém, ao aparentar ser “usurpadora” de “atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas”, foi definida como “*potência do mal*”. Mesmo assim, foi a partir dessa época (século XIX) que as mulheres começaram a escrever e publicar (TELLES, 2011, p. 403). O detalhe é que eram raras as brasileiras “educadas” neste período, então, menor ainda era o número de escritoras (DUARTE, 1999, p. 90).

Mas é necessário ter cuidado com as generalizações apressadas. As décadas que antecederam a criação da ALFRS, englobando a passagem do século XIX para o XX, foram marcadas por mudanças em relação ao papel da mulher na sociedade, já que houve uma “crise do patriarcalismo”, que conjuntamente com a urbanização e a industrialização, causou redefinições significativas na dimensão de gênero, sendo que as classes urbanas (média e alta) foram as mais atingidas, conforme BESSE (1999).

Uma dessas mudanças advindas na metade final do XIX diz respeito à educação da mulher. A partir de 1879 o ensino superior foi aberto para as mulheres, porém, como alerta Besse, os custos para obter a educação secundária necessária eram altos, devendo-se também levar em conta o forte preconceito que tal novidade causava. A educação básica prévia era difícil até de ser encontrada (quase sempre ainda com separação entre os sexos), pois havia diferenças no ensino voltado às mulheres e aos homens. Para elas o currículo deveria ter um direcionamento quanto aos seus papéis de *esposa e mãe*, incluindo costura e bordado, e para educar seus filhos de forma adequada (dentro da *moral e dos bons costumes*), e não como forma de alcançar o ensino superior e/ou a sua independência.

No pós Primeira Guerra Mundial houve uma busca para superar o “atraso e degeneração” do Brasil; desta forma, questões relacionadas ao casamento, sexualidade, maternidade e, principalmente, à educação feminina assumiram grande importância nos debates da sociedade com o Estado. O fortalecimento da família burguesa necessitou de

mudanças nos itens listados, mas, como indica o argumento central de BESSE (1999), elas não aconteceram democratizando as relações de gênero.

O casamento, por exemplo, “instituição deformada e desmoralizada” (BESSE, 1999, 41-62) foi sendo “renovado” para minorar os conflitos e não para acabar com a submissão das mulheres, ou seja, sem *revolucionar* os papéis entre essas e os homens (BESSE, 1999, p. 67). Por meio de literatura normativa publicada em revistas e em outros meios, tentava-se “doutrinar” as esposas a fim de que suas atitudes girassem em torno do bem estar do casamento: “ao invés de buscar a sua glória pessoal, uma verdadeira mulher preferiria contribuir para a glória do marido” (BESSE, 1999, p. 85).

A educação, conforme mencionado, foi atrelada à maternidade, já que se tornou no início do XX uma necessidade prática, pois era visualizada como “pré-requisito básico do bem-estar nacional do Brasil”. Entretanto, era uma educação sem vistas à emancipação, pois, nessa perspectiva, as próprias mulheres deveriam assumir o papel de “guardiãs das relações sociais e de gênero tradicionais” (BESSE, 1999, p. 122). A meta do sistema educacional não era permitir a autonomia intelectual, econômica ou social feminina, mas sim ajudar na preservação das hierarquias de gênero, colocando ao alcance das mulheres os conhecimentos e experiências “adequados” (BESSE, 1999, p.142).

A valoração do trabalho das mulheres também foi redefinida, já que, a partir da década de 1910, cada vez mais as pertencentes às classes média e alta urbanas participavam com as consideradas “pobres” da mão-de-obra assalariada (BESSE, 1999, p. 143). O parasitismo passou a ser visto como “vergonhoso” (século XX) e o trabalho como uma “ocupação útil na vida” (no século XIX o trabalho fora do lar acarretaria a perda de *status* para a mulher). Não obstante, como conciliar o emprego feminino e os deveres familiares das mulheres, preservando a divisão sexual do trabalho? A restrição ao ingresso em determinados tipos de atividades foi uma das formas de, segundo BESSE (1999), atenuar as contradições insolúveis no longo prazo. Outro ponto foi a instituição do emprego feminino como complementar ao masculino (com pagamento de salários muito mais baixos), não gerando independência (BESSE, 1999, p. 145-147).

Por fim, BESSE (1999) vai além do argumento de HAHNER (2003) sobre a *emancipação do sexo feminino*. Mesmo existindo uma defesa da emancipação desde pelo menos a segunda metade do século XIX<sup>37</sup>, as vitórias femininas na luta pelos direitos da mulher, para BESSE, não teriam sido acompanhadas por mudanças nas relações de gênero.

---

<sup>37</sup> Defesa da emancipação atrelada, segundo June Hahner, à expansão e crescimento das cidades, que levou a um aumento do número de trabalhadores/as assalariados/as, entre outros fatores (HAHNER, 2003, p. 37-65).



Pelo contrário, houve um enrijecimento quanto aos papéis estabelecidos e, “na verdade, esses novos papéis, criando uma ilusão de mudança, mascaravam – e com isso ajudavam a perpetuar – a dominação masculina” (BESSE, 1999, p. 223). A pesquisadora destaca, então, que, a partir de 1930, a “nova sociedade” promoveu uma *modernização* das relações entre os gêneros, mas *não a sua democratização*. Neste primeiro período varguista (1930-1945), portanto, mesmo com direitos conquistados, como o voto feminino (em 1932), acentuam-se e consolidaram-se os privilégios de classe e masculino.

É interessante, contudo, problematizar essa falta de *democratização* das relações de gênero apesar da sua *modernização*. As relações sociais se estabelecem por meio de conflitos, desta forma, a tentativa de bloquear a emancipação da mulher não foi simplesmente “aceita”. Várias mulheres desde o século XIX questionaram pontos relacionados aos seus direitos, principalmente os que envolviam educação, trabalho e voto.

Céli Pinto (2003), quando se refere à “busca pela cidadania” das mulheres no Brasil, explica que o feminismo das primeiras décadas do século XX é considerado “*bem comportado*”. Aparentemente, esta expressão é utilizada pela historiadora no sentido de apontar que há por parte de algumas mulheres uma busca pela sua inclusão no mundo político, para terem direitos como cidadãs, porém estas

luta[s] pela inclusão não se apresenta[vam] como alteração das relações de gênero, mas como um complemento ao bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs (PINTO, 2003, p. 15-16).

É interessante ressaltar também que, a mulher até 1932 era de certa forma excluída do mundo político por não ter direito a voto incluído na Constituição<sup>38</sup>. No entanto, PINTO (2003), ao citar eventos envolvendo mulheres nas décadas de 1920 e 1930, descreve a alegação que Júlia Alves Barbosa defendeu em audiência, no Rio Grande do Norte, para obter seu direito de alistamento eleitoral, em 1927. Na ocasião, ela utilizou argumentos que englobavam o fato de ser “solteira e independente”. Isto significaria para a autora que

havia um movimento de opinião que acolhia esses comportamentos. Não se trata unicamente de mulheres com idéias estranhas para sua época ou apenas excepcionais, pela cultura ou pela coragem. Poderiam até ser tudo isso, mas um novo espírito da época, do qual eram ao mesmo tempo frutos e construtoras começava a tomar forma nas cidades, por meio de movimentos de opinião que buscava alastrar a participação política por intermédio da inclusão de setores que dela haviam sido alijados pelas oligarquias (PINTO, 2003, p. 28).

---

<sup>38</sup> Na Constituição do Brasil de 1891, segundo Céli Pinto, a mulher “simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como indivíduos de direitos”, pois sequer era citada na parte dos excluídos, ou seja, aqueles que não poderiam se alistar na forma da lei. Esta “não exclusão” demonstrava o senso comum da época: “a natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser nem mesmo mencionada”. (PINTO, 2003, p. 16).

Neste sentido, a *escrita*, dentre esses outros modos de contestar a “ordem estabelecida”, pode ser considerada como elemento de grande importância no processo de emancipação da mulher, sendo uma ferramenta utilizada progressivamente na virada do século XIX para o XX, já que houve um aumento gradativo da alfabetização da população feminina<sup>39</sup>. Enfim, no intuito de buscar o delineamento do *campo de possibilidades* daquela sociedade, é pertinente apresentar outros exemplos de mulheres que utilizaram este mecanismo em prol de sua autonomia e de seu gênero, mesmo que antes da fundação e constituição do *projeto* da ALFRS.

\*\*\*

Constância Duarte pesquisou a vida e a obra de “Nísia Floresta”, pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha. A norte-rio-grandense nasceu em 1810 e foi autora de vários livros que tratavam da problemática feminina de seu tempo (DUARTE, 1991, p. 178). Casou-se aos 13 anos, em 1823, e deixou o marido no ano seguinte, sendo repudiada por grande parte da família em função de tal atitude (TELLES, 2011, p. 405).

Em 1832 publicou o livro “*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*”, uma espécie de livre tradução do livro de Mary Wollstonecraft (que trata da defesa dos direitos das mulheres), em que utilizou várias de suas ideias para enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira: ela “usa[va] da escrita para reivindicar igualdade e educação para as mulheres” (TELLES, 2011, p. 405). Nísia Floresta chegou a morar em Porto Alegre a partir de 1838 com seu novo marido e filha e, como aponta TELLES (2011), sua obra teve grande repercussão, sendo mencionada por várias escritoras até o final do XIX. Quando residiu na capital gaúcha, pode ter entrado em contato com outras mulheres porto-alegrenses.

Na metade final do XIX, cada vez mais há mulheres *escrevendo*, ou seja, emitindo opinião sobre os mais variados assuntos, dentre os quais sobre a capacidade feminina para a vida cultural (ser escritora/intelectual) e política (direito de votar e ser votada). A patrona da cadeira número 1 da ALFRS (cadeira da acadêmica Lydia Moschetti), por exemplo, é Delfina Benigna da Cunha, “poetisa cega” que escreveu redondilhas durante a “Revolução” Farroupilha (1835-1845) relacionadas aos partidários da separação, acusando-os de anarquistas (TELLES, 2011, p. 407).

---

<sup>39</sup> BESSE (1999) apresenta uma tabela das taxas de alfabetização no Brasil para o período de 1872 a 1940. Em 1872, a porcentagem de alfabetizados na população feminina total era de cerca de 11%, já em 1940 este número cresce para aproximadamente 34%, sendo que em geral as porcentagens femininas são quase 10% inferiores às masculinas (BESSE, 1999, p. 126).

DUARTE (1990), no entanto, adverte que os textos das escritoras neste momento ainda eram vistos como tendo (com raras exceções) um estatuto inferior em relação à literatura produzida por homens. Um comentário ilustrativo de tal fato citado pela pesquisadora é o de José Veríssimo (que junto com Machado de Assis, entre outros, fundou em 1897 a Academia Brasileira de Letras). O nobre escritor, em seu livro *Estudos de Literatura Brasileira*, lamentou que a língua portuguesa não fosse como a francesa, que não possuía o feminino para as palavras *autor* e *escritor* (VERÍSSIMO, 1971, apud DUARTE, 1990, p. 75).

Outra mulher que já apareceu timidamente nesta pesquisa, e que agora retorna à análise, é Luciana de Abreu. A patrona da cadeira número 5 da ALFRS, que nasceu em 1847, foi professora pública e viveu em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. Foi também a primeira mulher a subir na tribuna do *Parthenon Litterario*.

Luciana “apropriou-se de uma conjuntura favorável à discussão sobre a educação feminina”, em que a *esposa* e *mãe* passaram a ser vistas como tendo “competências naturais que as tornavam especialmente aptas para a educação” – educação esta que deveria estar atrelada à “garantia da boa formação dos futuros cidadãos da pátria” (SILVEIRA, 2008, p.109-110). Em um espaço também destinado às mulheres cultas daquela sociedade (os *saraus*), a escritora proferiu um discurso no qual convidou as mulheres a pensarem sobre a sua condição, salientando que elas deveriam se instruir, e se possível, ingressar no ensino superior, assim como o sexo oposto. Aos homens daquela *Sociedade* também interessava a educação feminina, mas como já foi salientado, *sem emancipação*; então o discurso de Luciana acabou sendo bem aceito.

Por fim, no século XX, o movimento sufragista levou à iniciativa de publicação de vários jornais editados por mulheres, reforçando a ideia da escrita como forma de contestação. Após adquirir o direito de votar em 1932 (que se tornou inoperante com o golpe de 1937 de Getúlio Vargas, que instituiu uma ditadura no Brasil, bloqueando as eleições, portanto), mulheres puderam candidatar-se, sendo que algumas foram eleitas para vereadoras, deputadas, ou seja, passaram a estar mais presentes no mundo público e político.

BESSE (1999) também indica que era mais fácil neste período para as mulheres que tinham tendência (ou “vocação”) para as carreiras de escritora, poeta, jornalista e musicista (portanto, no âmbito das artes) realizarem suas aspirações, pois essas atividades permitiam horários flexíveis, e também acabavam não sendo consideradas como “ameaçadoras”, pois dificilmente tinham uma remuneração “substancial ou constante”. Além disso, os homens

viam tais mulheres como exercendo seu “caráter sensível e delicado”, enfim, “sua autêntica natureza de mulher” (BESSE, 1999, p.164-165).

\*\*\*

Nas páginas anteriores formulou-se, de maneira genérica e esquemática, um panorama dos espaços para as práticas dos intelectuais, bem como da dimensão de gênero, na sociedade brasileira, e especificamente porto-alegrense, da metade final do século XIX e primeiras décadas do XX. O período estudado, portanto, é um momento de “emancipação” no que tange à educação e trabalho (entre outras coisas) das mulheres, mas as discussões sobre as relações de gênero não se pautaram, como ensina Besse, por uma *democratização* dessas relações, pois essas foram apenas *modernizadas*, apesar, como ressaltamos, da ação de diversas mulheres que lutaram por autonomia.

O intuito de apresentar o *processo* de tal modernização foi o de delinear o *campo de possibilidades* em que atuaram aquelas mulheres que fundaram a ALFRS, sendo que se focou a situação das classes médias e altas, já que, segundo a bibliografia analisada, são estas as camadas sociais que estavam (e que podiam estar) envolvidas com as práticas intelectuais (fato que pode ser constatado com os índices de alfabetização das mulheres, que mesmo na década de 1940, restringia-se a pouco mais de 34% da população feminina do Brasil).

Os exemplos esboçados demonstram que as fundadoras da ALFRS não eram as primeiras mulheres em busca de maior espaço de visibilidade entre os *homens de letras*. Entretanto, a criação de uma Academia Literária *Feminina* até então não havia acontecido na cidade (e no país de forma jurídica), o que, de certa forma, pressupõe uma busca institucionalizada de inserção no *campo intelectual*, ou seja, estar presente e ter reconhecimento perante outras/os escritoras/es por meio da união de várias intelectuais – garantindo, assim, maior peso para o grupo e, conseqüentemente, para as acadêmicas que individualmente poderiam não ser tão (re)conhecidas. A projeção por meio da entidade numa tradição de escrita feminina também “fecharia o círculo”, pois à Academia ficaria reservado o papel de legitimar a produção das literatas, tanto do presente, com novas sócias admitidas, como do passado, através das patronas escolhidas.

Algumas pistas em relação às fundadoras já foram lançadas, mas quem, afinal, foram elas? Este é o assunto do próximo (e último) capítulo.

### III. MULHERES INTELLECTUAIS DO “*OLVIDO*” À *IMORTALIDADE*: trajetórias das fundadoras da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul

“(...) *Não se fazem poetas a muque ou por vontade! (...).*”

Alzira Freitas Tacques<sup>40</sup>

A criação da ALFRS, segundo a sua idealizadora Lydia Moschetti, tinha como objetivo fazer com que “os nomes refulgentes de intelectuais gaúchas que passaram ao *olvido*” pudessem voltar ao “culto das gerações contemporâneas e futuras” (ACADEMIA, 1943, p. 1). Pode-se concluir, portanto, que tal proposta estava relacionada à busca da *imortalidade* e, mais precisamente, da *imortalidade feminina* – afinal, a categoria de *imortal* deve ser entendida no seu sentido conotativo, ou seja, como uma figura de linguagem em que a morte significa o esquecimento<sup>41</sup>.

A constituição do *projeto* da ALFRS, como já foi apontado anteriormente, vincula-se a certo *campo de possibilidades* que foi Porto Alegre na década de 1940; o que, por sua vez, se articula a *processos históricos* relacionados, no caso da delimitação desta pesquisa, à dimensão de gênero e aos espaços para as práticas dos/as intelectuais. Neste sentido, analisar as trajetórias das fundadoras é uma tentativa de escapar de um possível determinismo do *campo* sobre o *projeto*, sem deixar de considerar o primeiro aspecto. É também uma forma de buscar as especificidades, em detrimento das generalizações, na explicação da criação de tal entidade.

Enfim, como nos conjuntos matemáticos, a cidade seria o “conjunto universo”, local em que estão presentes e atuam os elementos selecionados para este estudo. Já os “intelectuais” corresponderiam a um “conjunto união”, englobando tanto os homens quanto as mulheres intelectuais. Esses últimos seriam dois conjuntos, dos quais o das mulheres contém outro menor: o das acadêmicas da ALFRS (pois, obviamente, não eram todas as mulheres intelectuais da Porto Alegre da década de 1940 que faziam parte da Academia). E reduzindo ainda mais a escala de observação dos nossos conjuntos, as fundadoras diriam respeito a alguns elementos no interior do conjunto das acadêmicas da instituição e, conseqüentemente, das mulheres intelectuais da capital gaúcha.

<sup>40</sup> Trecho de “*Palestra com o leitor*” do livro “*Poemas da Meia Noite*” (1947).

<sup>41</sup> Nas leituras de algumas biobibliografias das acadêmicas, causou certo estranhamento ver escrito que determinada escritora desapareceu. Isto até haver o entendimento de que o *desaparecimento* foi/é uma forma de manifestar a morte da *imortal*. Ou seja, as escritoras que passaram a ser *imortais* não *morrem*, mas sim “*desaparecem do plano material*”. Como exemplo é possível citar o livro de Alzira F. Tacques (1956) que possui uma parte dedicada as “Poetisas e Escritoras desaparecidas”.

A redução de escala que se faz na análise destas trajetórias não tem como objetivo pensar o “todo” pela sua “parte”. Pelo contrário, a *microanálise* é um modo de compreender as especificidades, problematizando (e enriquecendo) a compreensão dos *projetos individuais e coletivos* – que estão em constante transformação –, bem como do *campo de possibilidades* existente – que é fluido e permeado por diferentes e diversos elementos que interagem entre si (os quais muitos não estarão contidos na presente investigação).

Primeiramente, é interessante visualizar os retratos das fundadoras, visto que até o momento apenas seus nomes foram citados, e, quem sabe, seus rostos possam ajudar na aproximação do leitor com essas mulheres (e, por conseguinte, com os dados das suas trajetórias):



**Figura 1 – FUNDADORAS DA ALFRS<sup>42</sup>.**

<sup>42</sup> Fotografias disponíveis no site da ALFRS, no item “Acadêmicas” <<http://www.alf-rs.org.br/academicas>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

A trajetória de Beatriz Regina Fortunatti não será analisada, visto que ela apareceu apenas na fotografia do grupo fundador e não se fez representar posteriormente na constituição do *projeto* da Academia. Enfim, durante todo o período analisado, não constou em nenhum momento nas atas das sessões referências à sua presença nos encontros da entidade. É possível que Beatriz não tenha assumido a sua respectiva cadeira (nº 7), pois na referida documentação não foi encontrada menção à sessão solene referente à sua posse, e não há termo de compromisso assinado por ela no arquivo da Academia (como foi o caso das demais fundadoras e de outras acadêmicas que posteriormente se incorporaram à instituição na entidade). Nas folhas avulsas encontradas no arquivo da ALFRS com pequenas referências biográficas das acadêmicas e de suas patronas, Magda Costa consta como a primeira ocupante da cadeira nº 7, sendo que ela assinou seu termo de compromisso em dezembro de 1945; contudo, mesmo assim, Beatriz Regina está presente na listagem do quadro acadêmico da antologia anual *Presença Literária* produzida pela entidade (ACADEMIA, 2012)<sup>43</sup>.

Antes da apresentação do quadro que foi formulado, faz-se necessário esclarecer como se deu a sua montagem. Esta se baseou em alguns princípios do *método prosopográfico*, entretanto não se trata de uma análise prosopográfica propriamente dita, como foi explicitado na introdução deste trabalho, visto que essa metodologia é muito mais complexa do que a presente formulação. Desta forma, a partir de uma listagem de seis itens, cada qual com um ou mais desdobramentos (ou seja, de um *conjunto de questões uniformes*), buscar-se-á interpretar as recorrências, isto é, as características comuns nas trajetórias das seis *imortais* entre as sete fundadoras da ALFRS (portanto, tentar-se-á operacionalizar um *estudo coletivo de suas biografias*).

As variáveis escolhidas têm como objetivo rastrear o capital social, escolar e cultural das acadêmicas; logo, a origem (pai, mãe e suas profissões), o matrimônio, a escolaridade e a carreira (profissão e/ou atividades variadas desempenhadas) são pontos priorizados para possibilitar este rastreamento, pois indicam posições de classe na sociedade. Tais posições, por sua vez, podem refletir-se internamente na Academia, por isso os cargos por elas ocupados na instituição entre 1943 e 1950 foi um item presente na listagem. Uma observação

---

<sup>43</sup> A título de informação, Beatriz Regina era filha de “italianos natos” (o maestro José Regina e Gemma Strata Regina). Fez curso de canto no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre e foi aluna fundadora da Escola Dramática do Rio Grande do Sul junto ao seu idealizador, o “eminente teatrólogo e homem de Letras Dr. Renato Viana” (que posteriormente a convidou para fazer parte de seu “*cast*” de Rádio-Teatro da Rádio Gaúcha). Em 1938 fez concurso para o Magistério e ocupou a cadeira do “*Orfeão*” no Colégio Paula Soares. Realizou também concertos e recitais de canto e declamação por vários estados brasileiros, com produções exclusivamente de sua autoria (TACQUES, 1956, p. 152-153).

em relação à carreira: dados, por exemplo, posteriores a 1950 não foram englobados, por estarem além da delimitação proposta.

No intuito de permitir certo cruzamento dos dados, foram utilizadas várias fontes para responder ao “*check list*”, já que algumas informações encontradas por vezes eram discordantes (como datas de nascimento) ou complementares (vida escolar, profissão). O *site* da ALFRS foi uma das fontes utilizadas. Ele possui um banco de dados sobre as acadêmicas, mas não apresenta informações completas das fundadoras, pois ainda está sendo alimentado.

Os documentos encontrados no Arquivo da ALFRS também foram utilizados, bem como a obra em cinco volumes presente em sua biblioteca: “*Perfis de Musas, Poetas e Prosadores Brasileiros*”, de Alzira Freitas Tacques (1956). O primeiro volume é referente apenas à entidade - mesmo quando seus conteúdos não têm relação direta com a mesma (um dos capítulos é nomeado como “*Poetisas e Escritoras não componentes da ALFRS*”). A primeira parte deste volume inicial diz respeito aos “*Perfis de Musas e de Prosadoras Componentes da ALFRS*”, na qual constam informações de quatro das seis fundadoras pesquisadas: *Lydia, Aurora, Stella e Aracy*. E a poetisa *Aura*? Por ter deixado o *plano material da existência* em 1951, ela “aparece” na quinta parte do mesmo primeiro volume (“*Poetisas e Escritoras Desaparecidas*”). Por fim, as “pinceladas biográficas” do editor sobre *Alzira* trazem algumas informações relativas à autora.

Ainda foram retirados dados do livro de Nelly Novaes Coelho (2002), “*Dicionário Crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*” e dos verbetes da publicação da Câmara Municipal “*Logradouros públicos em Porto Alegre: presença feminina na denominação*”, organizada por Rosa Ângela Fontes (2007)<sup>44</sup>.

Por fim, no caso de *Lydia Moschetti*, sua “*Autobiografia*” (1970) e o livro “*Histórico das Minhas Fundações*” (1971?) estão carregados de informações sobre sua vida e obra. Por isso, e por entender que a fundação e primeiros anos da ALFRS estão atrelados, sobretudo, à sua figura, a trajetória da escritora será também explorada separadamente, a fim de problematizar suas relações sociais e o quanto do seu *capital simbólico* ajudou na criação desta entidade de letras feminina em Porto Alegre.

---

<sup>44</sup> Alzira Freitas Tacques e *Lydia Moschetti* nominam ruas no bairro Protásio Alves; *Aracy Fröes* e *Aura Pereira Lemos* são nomes de ruas no bairro Itu Sabará; *Aurora Nunes Wagner*, no bairro Santa Tereza e *Stella Brum* dá nome a uma rua no bairro Lomba do Pinheiro. Cabe ressaltar que, pelo procedimento legal, a designação de um determinado nome para a denominação de um logradouro público necessita de uma exposição de motivos, que é analisada e votada pela Câmara de Vereadores. Esta denominação não deixa de ser uma forma de rememoração, além de atestar certo prestígio e importância em vida dos respectivos homenageados (mesmo que, às vezes, seja apenas para o grupo que solicita e para os vereadores que o representam).



*QUADRO: ORIGEM, VIDA ESCOLAR E PESSOAL, E CARREIRA*

INFORMAÇÕES  ACADÊMICA	Data e lugar de nascimento	Filiação Pai e Mãe profissões	Educação (escola, nível, local,...)	Carreira e/ou Profissão e/ou Atividades Desempenhadas	Casada? Com quem? Quando? Profissão do Marido	Patrona e cargo(s) na ALFRS. Tipo de Produção.
<p><b>LYDIA MOSCHETTI</b></p> <p>“Lydia Bastogi-Gianonni”</p> <p><b>Cadeira nº 1</b></p>	<p><b>14/09/1888 (?)</b></p> <p><b>Fucecchio (Itália)</b></p> <p>Veio para o Brasil em 1907, ficando em São Paulo. Depois passou a residir em POA em 1919 (quando se casou).</p>	<p>Fabrizio Bastogi Gianonni e Giulia Carli Gianonni</p> <p>Pai era filho de uma Condessa, mãe de família modesta. Mesmo assim, teria passado necessidades na infância.</p>	<p>Primário e Ginásio (Internato) na Itália</p> <p>Em SP fez cursos de desenho, pintura, música, canto e outras línguas.</p>	<p>Desde a Itália dava aulas, foi professora também em SP (escola e em casas). Também trabalhou num Instituto de Beleza. Soprano, pintora, “assistente social” (filantropa)</p>	<p><b>Luiz Moschetti</b>, em 1919 (ou 1920). Engenheiro italiano, veio ao Brasil (POA-1915) como representante da FIAT e Casa Marelli Instalou-se em POA e montou uma firma de papel.</p>	<p><b>Delfina Benigna da Silva</b></p> <p>Presidente 1943-1947</p> <p>Diretora do Intercâmbio Cultural 1948-1950</p> <p><b>Romance Poesia</b></p>
<p><b>AURA PEREIRA LEMOS</b></p> <p>“Aura das Chagas Pereira”</p> <p><b>Cadeira nº 2</b></p>	<p><b>23/03/1899</b></p> <p><b>Rio de Janeiro (RJ)</b></p>	<p>Gen. Hipólito das Chagas Pereira e Prisciliana Coelho Pereira</p> <p>Pai – general do exército brasileiro.</p>	<p>Fez os estudos primários na capital de POA cursando mais tarde o Ginásio no Rio de Janeiro.</p>	<p>Professora. Funcionária do Ministério da Viação, e serviu na Repartição dos Telégrafos de POA (“alta funcionária”). Após 1944 pediu transferência para o RJ, afastando-se da ALFRS.</p>	<p><b>Tarquínio Queiroz de Lemos</b>, em 1920.</p> <p>Industrial</p>	<p><b>Julieta de Melo Monteiro</b></p> <p>Vice-presidente 1943-1947</p> <p>Após a fundação da ALFRS, sua casa foi sede provisória da mesma.</p> <p><b>Poesia</b></p>
<p><b>STELLA BRUM</b></p> <p>“Stella Evanoska Scheunemann”</p> <p><b>Cadeira nº 3</b></p>	<p><b>03/07/1915 (?)</b></p> <p><b>Rio Grande (RS)</b></p> <p>Ainda pequena passou a residir em POA.</p>	<p>Cap. Frederico Cristiano Scheunemann e Maria Júlia de Almeida Scheunemann</p> <p>Pai - capitão</p>	<p>Fez os estudos na antiga Escola Complementar (hoje, Inst. de Ed. Flores da Cunha) e Escola Superior de Educação Física (?)</p>	<p>Pintora autodidata, romancista, declamadora e jornalista. Pertenceu a várias entidades culturais.</p>	<p><b>Carlos Pessoa de Brum</b>, em 1930.</p> <p>Odontólogo, (“figura de relevo do PTB”, foi também vereador de POA).</p>	<p><b>Prisciliana Duarte de Almeida</b></p> <p>Secretária-geral 1943-1947</p> <p>Vice-Presidente 1948-1950</p> <p><b>Poesia, Crônicas</b></p>

INFORMAÇÕES  ACADÊMICA	Data e Lugar de nascimento	Filiação Pai e Mãe profissões	Educação (escola, nível, local,...)	Carreira e/ou Profissão e/ou Atividades Desempenhadas	Casada? Com quem? Quando? Profissão do Marido	Patrona e Cargo(s) na ALFRS. Tipo de Produção
<p><b>ALZIRA FREITAS TACQUES</b></p> <p>“Maria Alzira Castilho Freitas”</p> <p><b>Cadeira nº 4</b></p>	<p><b>08/07/1911 (?)</b></p> <p><b>São Borja (RS)</b></p> <p>Veio bem jovem para Porto Alegre, onde a família fixou residência.</p>	<p>Tenente Carlos Cardoso de Oliveira e Maria das Dores Castilho de Freitas</p> <p>Pai – Oficial do exército; (Neta materna de general).</p>	<p>Mãe ensinou-lhe as primeiras letras; primário no Colégio Fernando Gomes. Ingressou no Col. Bom Conselho, depois na Escola Complementar p/formação de professoras.</p>	<p>Teria abandonado os estudos p/formação de professoras ao se casar; pertenceu a várias entidades culturais. Funcionária (1948-1970) da Agência Central dos Correios e Telégrafos de POA (auxiliar de escritório VII, e trabalhou também na Sessão de Protocolo).</p>	<p><b>Carlos Ribeiro Tacques</b> (era desquitado, casaram-se no Uruguai)</p> <p>(Poeta, escritor e advogado)</p>	<p><b>Carmem Cínira</b></p> <p>Oradora Oficial 1948-1950</p> <p><b>Poesia (Pesquisas)</b></p>
<p><b>ARACY FRÓES</b></p> <p>“Araci da Silva Froes Peres”</p> <p><b>Cadeira nº 6</b></p>	<p><b>08/02/1907</b></p> <p><b>Porto Alegre (RS)</b></p>	<p>Antônio da Silva Fróes Jr. e Elvira Coelho Fróes</p> <p>Pai – “capitão de Fragata”</p>	<p>Curso completo com “provetca educacionista” Dona Luíza d’Azambuja. Fez cursos de contabilidade e datilografia.</p>	<p>Comerciária e poetisa; colaborou com vários jornais de POA, do RS e do Brasil. (utilizava o pseudônimo de <i>Geralci</i>).</p>	<p>Mário Peres</p> <p>?</p>	<p><b>Amália dos Passos Figueiroa</b></p> <p>Tesoureira 1943-1947</p> <p><b>Poesia</b></p>
<p><b>AURORA NUNES WAGNER</b></p> <p><b>Cadeira nº 9</b></p>	<p><b>09/08/1899</b></p> <p><b>Quaraí (RS)</b></p>	<p>Clarindo Nunes e Edwiges Santos Nunes</p> <p>Criada pela avó.</p> <p>Profissão do Pai ?</p>	<p>Curso Primário no Col. Nossa Senhora do Horto, e Ginásio no Col. União (Uruguaiana). Preparatórios no Ginásio Júlio de Castilhos de POA; ingressou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, onde se formou em 1919 em Odontologia. Cursos de especialização e viagens de estudo dentro e fora do Brasil.</p>	<p>Em 1934 tentou uma vaga na Assembleia Legislativa, pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1936 fez concurso para a Faculdade de Medicina da capital gaúcha, conquistando a “livre-docência” para a cadeira Ortodontia e Odontopediatria. Lecionou na Escola Médico-Cirúrgica de POA, na UFRGS e PUCRS. Em 1951 tomou posse da cadeira da Academia Brasileira de Odontologia, RJ.</p>	<p><b>Dr. Efraim Wagner, em 1921.</b></p> <p>(Médico, professor universitário e funcionário do banco inglês).</p>	<p><b>Ana Cândida Alvim</b></p> <p>1ª secretária 1943-1948</p> <p>Presidente 1948-1950</p> <p><b>Poesia, estudos acadêmicos.</b></p>



As informações contidas no quadro acima corroboram com várias questões abordadas no segundo capítulo desta monografia sobre o *campo de possibilidades*. A situação econômica, a formação escolar e o acesso a cargos em diferentes instituições demonstram que o movimento de *emancipação feminina*, em curso ao menos desde o final do XIX, propiciou cada vez mais a abertura de espaços públicos para a atuação das mulheres.

Primeiramente cabe que ressaltar que nem todas as *imortais* nasceram no estado (RS) ou na cidade (Porto Alegre) onde fundaram a entidade de letras feminina. Entretanto, algumas ainda jovens, mediante deslocamento familiar, instalaram-se na capital gaúcha; são os casos de Stella e Alzira – talvez Aura. Lydíia emigrou da Itália; Aracy já nasceu em Porto Alegre e Aurora migrou, aparentemente, por volta dos 15 anos, já que fez os preparatórios na cidade.

A partir de seus progenitores masculinos é possível estabelecer a origem social das acadêmicas. Das seis, quatro fundadoras têm o pai com patentes militares (a profissão/carreira do pai de Aurora não foi encontrada): capitão de fragata, general, tenente e capitão. Aura, por exemplo, pertenceria “a uma das mais conhecidas e tradicionais famílias brasileiras, sendo filha do também já falecido General do Exército Hipólito das Chagas Pereira e irmã do Gnal. Gazipo das Chagas Pereira” (TACQUES, 1956, p. 718).

É interessante pensar, em linhas muito gerais em relação ao exército brasileiro, que a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870) as milícias gaúchas (forças de caráter privado, indispensáveis à política do Império na região platina) travaram contato pela primeira vez no cenário platino com um exército nacional moderno, que era disciplinado e coeso em torno de um chefe. Com isso, segundo Fábio Kühn (2007, p. 101-104), as táticas dos milicianos contra esse exército paraguaio não foram viáveis, ocasionando sérias derrotas, o que, por sua vez, evidenciou a inferioridade numérica e organizacional diante de um inimigo bem estruturado.

A partir deste contato com o exército paraguaio é que uma (re)organização do exército brasileiro começou a ser pensada, pois o governo até então não investia nesta instituição, deixando de arcar com o fornecimento básico para o seu funcionamento (FERRER, 2005, p. 123). Além disso, a sociedade do período imperial não concedia ao militar lugar de destaque, sendo sua importância individual ou de classe reduzida (SODRÉ, 1956 apud FERRER, 2005). Depois da Guerra do Paraguai, segundo CASTRO (1995), os militares que defenderam a “pátria” acabam cada vez mais questionando esta falta de importância do exército brasileiro e de seus oficiais frente ao governo e seus políticos. Por fim, o golpe de 1889 que instaurou a República no Brasil “proporcionou aos militares benefícios imediatos”, pois foi proposta uma

reorganização do Exército que, com a ampliação do número de unidades, abriu vagas para promoções – e as promoções foram aceleradas, sendo que “diversos oficiais mais velhos foram reformados compulsoriamente” (CASTRO, 1995, p. 195).

Então, levando-se em conta as datas de nascimento das acadêmicas pesquisadas, seus pais devem ter nascido por volta da metade do século XX e, portanto, têm suas trajetórias presentes num momento em que a carreira militar começou ser pensada pelo viés da profissionalização. Os militares passaram a ter maior *status* e melhores condições sociais e econômicas na sociedade brasileira, com possibilidades de progressão rápida em suas carreiras e também de acesso a posições no Império antes reservadas à elite política dos bacharéis em direito (CASTRO, 1995, p. 196). Ou seja, há vários sinais que parecem confirmar que elas deveriam pertencer às classes média e/ou alta daquela sociedade.

Ainda sobre seus/suas progenitores/as, é significativo o fato de que suas mães sempre são denominadas como “*dona*”, sem nenhuma referência à profissão, o que leva a crer que eram “*do lar*”. Pois, se as acadêmicas nasceram nos anos finais do século XIX até a primeira quinzena do XX, como seus pais, as mulheres que lhes deram a luz devem ter nascido por volta da segunda metade (ou quem sabe, terceiro quarto) do XIX e, mesmo que tenham estudado, ainda não era tão comum neste período o trabalho feminino fora do espaço privado.

Claro que esta é uma hipótese, visto que os livros e/ou documentos analisados dizem respeito às imortais e não às suas mães, porém pode-se supor que, caso as últimas tivessem exercido atividades que demonstrassem alguma *excepcionalidade*, essas teriam sido citadas. Um exemplo que vai ao encontro desta suspeita diz respeito à “primeira Mestra” de Alzira: sua mãe – a mulher que lhe ensinou as “primeiras letras”, segundo o editor do livro “*Perfis de Musas, Poetas e Prosadores Brasileiros*” (1956). Ou seja, sua mãe deveria ter relativo estudo para ensiná-la, mas nem por isso há explicitação de alguma atividade correlacionada fora do *lar* (por exemplo, como professora, que começou a se tornar progressivamente uma profissão feminina a partir do final do XIX).

As datas de nascimento apontam que seus estudos primários ocorreram no início do século XX. Neste momento, a educação feminina já havia se tornado uma necessidade prática tanto para as mulheres como para a sociedade brasileira como um todo, em razão do processo de urbanização e industrialização (BESSE, 1999, p.122). A educação era vista como forma de fomentar o progresso e, no caso das mulheres das classes médias urbanas, não deixava de ser um modo de prepará-las para o casamento e a maternidade, também provendo-as de habilidades básicas para “ganhar a vida decentemente” – isto se viessem a passar por necessidades (BESSE, 1999, p. 123).

Além disso, ainda que as mulheres neste período estivessem acessando o ensino secundário, segundo BESSE (1999, p. 127-128), as meninas concentravam-se em escolas voltadas ao magistério e em escolas comerciais – ensinamentos desvinculados de uma preparação para os exames de admissão nas universidades –, uma formação intelectual considerada mais integrada às “aptidões femininas”. Segundo dados apresentados pela pesquisadora norte-americana, no final da década de 1920, as mulheres “havia caminhado muito pouco no ingresso em instituições de ensino superior, a não ser nas áreas de farmácia e *odontologia*, que eram as profissões médicas de menor prestígio” (BESSE, 1999, p. 128 – Grifo meu) <sup>45</sup>.

Pelos dados obtidos, Aura foi professora; Stella e Alzira estudaram na Escola Complementar (hoje Instituto de Educação Flores da Cunha, sendo que Alzira teria começado os estudos de formação para professores (em relação à Stella não há referência direta, apenas indicação de que teria frequentado posteriormente a Escola Superior de Educação Física)<sup>46</sup>. Aracy, por sua vez, teria feito cursos de contabilidade e datilografia (áreas próprias às escolas comerciais, portanto). Por fim, Aurora fez os preparatórios para o vestibular no Ginásio Júlio de Castilhos; ingressou na Faculdade de Medicina, onde cursou *Odontologia* – formando-se em 1919 (como indicado antes, carreira menos valorizada na hierarquia das profissões médicas). Aurora fez parte das 1225 mulheres diplomadas em Odontologia no Brasil até a década de 1940<sup>47</sup>. Também é preciso citar outro dado referente ao período em que teria concluído seu curso superior a fim de ressaltar a raridade relativa de sua trajetória profissional: apenas cerca de 20% da população feminina total no Brasil na década de 1920 era alfabetizada<sup>48</sup>.

A carreira (profissão e/ou outras atividades desempenhadas) esteve bastante atrelada à origem social e à vida escolar das imortais (e também ao matrimônio, de maneira mais ou menos explícita). A administração governamental do presidente Vargas teria aberto novas posições administrativas via concurso (mas não somente) às mulheres, entretanto, já havia posições abertas a elas no governo desde o início do século XX (BESSE, 1999, p. 164).

---

<sup>45</sup> Nada mais (*in*)justo, visto que, como aponta BESSE (1999, p. 128), o sistema educacional não tinha como meta fomentar a emancipação intelectual, econômica ou social da mulher, já que lhe era atribuída a tarefa de “civilizar”, “elear” e “redimir” o mundo, não transformá-lo”.

<sup>46</sup> Esta referência só foi encontrada nos documentos da ALFRS (folhas avulsas com referências biográficas). A Escola Superior de Educação Física foi incorporada à UFRGS em 1970. Segundo o histórico apresentado no *site* da instituição <<http://www.ufrgs.br/esef/historico.html>>, é a mais antiga escola de educação física do estado, oferecendo o respectivo curso a partir de 1941 - quando Stella já teria 26 anos – e, segundo os dados dos “Diplomados no Brasil, 1940” (BESSE, 1999, p. 130), havia apenas 87 mulheres formadas em ensino superior em Educação Física para o período.

<sup>47</sup> Conforme a tabela “Diplomados no Brasil, 1940” (BESSE, 1999, p. 130).

<sup>48</sup> Conforme a tabela “Taxas de alfabetização no Brasil, 1872-1940” (BESSE, 1940, p. 130).

Aura (mesmo que citada como professora), por exemplo, serviu na repartição dos Correios e Telégrafos de Porto Alegre, desde 1928, e, segundo TACQUES (1956, p. 716) foi “alta funcionária” de tal instituição. Alzira foi igualmente funcionária entre 1948 e 1970 da Agência Central dos Correios e Telégrafos de Porto Alegre, ou seja, também serviu ao Estado.

Um exemplo claro da realização de concursos para mulheres visando ao ingresso no serviço público é o de Aurora. Em 1936, ela conquistou a “livre docência” na Faculdade de Medicina da capital e, conforme o *site* da ALFRS, “tendo sido a primeira mulher, entre nós, a exercer o magistério universitário, ingressara em campo ‘majoritariamente masculino’, segundo Dr. Mário Badan, da Universidade Fluminense, sendo reconhecida por seu ‘valor científico e erudição’”<sup>49</sup>. A poetisa em questão também se aperfeiçoou dentro e fora do Brasil e teria sido a primeira a tomar posse de cadeira da Academia de Odontologia do Rio de Janeiro, em 1951, além de lecionar em outras universidades gaúchas.

Outro ponto interessante da trajetória de Aurora é a sua tentativa ocorrida em 1934 segundo os dados do *site* da ALFRS<sup>50</sup>, de conquistar uma vaga na Assembleia Legislativa, ou seja, dois anos após as mulheres terem obtido o direito a votar e serem votadas. Outro detalhe significativo é que sua candidatura se deu pela *Ação Integralista Brasileira*. A AIB foi fundada em 1932 e se estruturou a partir de vários pequenos grupos e partidos de extrema direita. Em linhas gerais (já que não estamos realizando aqui análises mais aprofundadas sobre a sua orientação), sua ideologia, organização e ação política evidenciam um movimento de cunho fascista (MAIO e CYTRYNOWICZ, 2003, p. 41-42). O integralismo “era dirigido basicamente às classes médias urbanas na década de 1930, período em que o Brasil passava por importantes transformações urbanas”, pois com o crescimento das cidades e a modernização os novos setores sociais e econômicos careciam de representação política, conforme os pesquisadores citados<sup>51</sup>. Por fim, antes de analisar a questão da candidatura de Aurora, é importante pensar que, se “em 1936 as mulheres constituíam aproximadamente 20% dos militantes do movimento”, desde seu início elas estavam participando de suas ações. Contudo, mesmo que colaborassem ativamente na política e nas manifestações da AIB, o lema das mulheres integralistas era “crer, obedecer e preservar”, possuindo funções específicas no movimento, tais como:

dedicar-se às suas famílias e lares contra o comunismo e educar as crianças cristãs e patrióticas, proteger os lares contra o comunismo e cultivar valores “femininos”

<sup>49</sup> <<http://www.alf-rs.org.br/academicas-detalle?id=126>>. Acesso em 10 novembro de 2012.

<sup>50</sup> <<http://www.alf-rs.org.br/academicas-detalle?id=126>>. Acesso em 10 novembro de 2012.

<sup>51</sup> “Os membros da AIB eram funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, advogados, médicos, professores, padres, pequenos agricultores, funcionários do comércio, militares, setores ainda não representados politicamente pelos partidos oligárquicos” (MAIO e CYTRUNOWICZ, 2003, p. 51).

como obediência, amor, sacrifício, pureza e espiritualidade, apoiando também os maridos na luta do movimento (DEUTSCH, 1997 apud MAIO e CYTRYNOWICZ, 2003, p. 52).

Duas questões devem ser pensadas a partir da citação acima. Primeira: o fato de Aurora ter feito parte da AIB, junto ao fato de ter se formado no ensino superior, reforça que ela pertencia à classe média, provavelmente média alta. Segundo: as funções acima destinadas às mulheres pela *Ação* não englobavam uma candidatura, pelo contrário, a atuação delas deveria ser no *lar e apoiando os maridos*. Então, é possível pensar que Aurora, por toda sua trajetória – quem sabe atrelada a um *bom* casamento, já que o Dr. Efraim Wagner era médico, professor universitário e funcionário do banco inglês – tinha certa *notoriedade* na sociedade porto-alegrense da época. De qualquer forma, essas hipóteses ainda precisam ser melhor embasadas, para que se verifique o grau de envolvimento de Aurora e Efraim no movimento integralista, o que não pôde ser feito para esse TCC.

Já que foi apontado o tema do “*bom casamento*” de Aurora, e que seu respectivo cônjuge era médico, também é importante notar que a maior parte dos esposos das demais criadoras da ALFRS tinha ensino superior – excluindo Tarquínio Queirós de Lemos, esposo de Aura, que só constou ser “industrial”, e Mário Perez, esposo de Aracy, do qual não se encontrou a profissão. Além disso, suas profissões, conforme o “*Quadro...*”, apontam para uma situação social e econômica no mínimo razoável, em que o trabalho das mulheres não se fazia por necessidade, mas por escolha<sup>52</sup>.

Por fim, cabe analisar os itens *patrona*, *cargo* e *produção* das acadêmicas fundadoras. Estes, aparentemente, estão ligados apenas ao funcionamento interno da ALFRS, porém eles também se relacionam ao mundo exterior a ela. A escolha da patrona de uma determinada cadeira, por exemplo, era realizada pela própria intelectual que tomava posse da mesma (sistema comum nas academias de letras). Neste sentido, tal escolha envolvia uma série de questões que podem ser consideradas políticas, já que a escritora escolhida estava sendo reconhecida por sua trajetória para integrar a *casa*, mesmo que *in memorian* (muitas, quem sabe, já poderiam ter passado ao ‘*olvido*’), tanto quanto a que assumia a *imortalidade*.

A produção, por sua vez, diz respeito ao contato com o público externo, bem como a uma forma de se fazer presente em outros grupos intelectuais, sejam eles *amigos* ou *hostis*<sup>53</sup>.

<sup>52</sup> Isto pensando que neste período a manutenção do lar era uma atribuição masculina, ao menos segundo as convenções dominantes (pois na prática isso era bem diferente, sobretudo nas classes populares). Já as mulheres poderiam “suplementar a renda de seus maridos” – não os subjugando -, de forma que “estariam não só garantindo seu bem-estar pessoal e familiar como também aumentando a riqueza nacional e promovendo o progresso econômico” (BESSE, 1999, p.147).

<sup>53</sup> Alzira Freitas Tacques, em seu livro “*Poemas da Meia Noite*” (1947), escreveu uma espécie de introdução dirigida aos leitores “amigos ou hostis”, intitulada “*Uma Palestra com o leitor*”. Nesta “palestra”, ela recusou as

Já o cargo é entendido aqui como uma forma de reconhecimento – seja pelas ações internas à instituição, seja pela vida externa a ela –, no seio da entidade, pois a escolha da diretoria se fazia por meio de votação. Além disso, expressa também as hierarquias estabelecidas entre as acadêmicas.

Agora, então, serão analisadas as patronas selecionadas.

Aurora Pereira Lemos escolheu como sua patrona *Julieta de Melo Monteiro*. Esta escritora nasceu em 1863, em Porto Alegre, e, aos 19 anos, já publicara a sua primeira obra: “*Prelúdios*”. Segundo Iria Müller Poças (ACADEMIA, 1993, p.28-30), além do verso, da prosa, do conto e do drama, com a irmã Revocata Heloísa de Mello (patrona da cadeira nº 12 da ALFRS), fundou por volta dos 20 anos de idade o periódico *Corymbo*. Este periódico feminino, que circulou entre 1883 e 1944 no estado, foi o primeiro a ser dirigido por mulheres no sul do Brasil, e também o que se manteve por mais tempo em ininterrupta publicação (BONILHA, 2010). Tratava dos mais variados assuntos, divididos em algumas temáticas por BONILHA (2010, p. 80-81): comportamento, educação, família, filantropia, história, imprensa, maçonaria, mulheres, política e trabalho.

Nas tabelas apresentadas por Caroline Leal Bonilha em sua dissertação sobre os textos publicados no *Corymbo*, no grupo temático “mulheres”, Aracy Fróes aparece como autora de discursos em 1934. Segundo a pesquisadora, a transcrição do discurso realizado pela literata em homenagem à *Amália Figueiroa* (tia materna de Revocata de Mello) foi publicada em fragmentos ao longo de cinco meses não consecutivos. A homenageada foi escolhida posteriormente a patrona da cadeira nº 6 por ninguém menos que Aracy.

*Amália dos Passos Figueiroa* nasceu em 1845. Seu pai foi “homem letrado”, proprietário de jornal. Segundo Núcia Santoro Constantino, Amália fez parte do grupo de quatro mulheres que figuravam no *Parthenon Litterario*: irmãs Figueiroa, Luciana de Abreu e Luiza de Azambuja (ACADEMIA, 1993, p. 44).

Já *Prisciliana Duarte de Almeida* foi escolhida patrona por Stella Brum para sua cadeira de nº 3. Ela nasceu em Pouso Alegre (Minas Gerais) no ano de 1868, e transferiu-se posteriormente para São Paulo com seus familiares. Na última década do século XIX fundou a

---

possíveis críticas, dizendo que o “verdadeiro artista é o que se revela espontaneamente”, e como a arte vem da natureza, de uma instância superior ao ser que a produz, advertiu que “si abrires este livro com a mera intenção de crítica, aconselho-te a que mudes de idéia, jogando-o esquecido a um canto, ou presenteies a alguém que dele melhor saiba fazer uso. Primeiro, porque não creio que me interessa o julgamento de outrem (...). Gosta-se ou não gosta-se! Não passas tudo de uma simples opinião pessoal sem consequências... ou possíveis influências sobre o ânimo do autor da obra em foco” (TACQUES, 1947, p. 5-8). Ou seja, mesmo escrevendo e sabendo que a sua produção poderia ser analisada por outros grupos de intelectuais, antecede o conteúdo do livro legitimando sua vocação para a escrita, já que o *artista se revela espontaneamente*, além colocar-se acima das possíveis críticas, pois não lhe *interessa o julgamento de outrem*.



revista “*Mensageira*”, que era “dedicada ao intercâmbio cultural entre o Brasil, Portugal, França, Argentina e outros países”. Foi também jornalista e professora, sendo “a única mulher que pertenceu à Academia Paulista de Letras, como membro fundador”, conforme Blanca B. C. Menezes (ACADEMIA, 1993, p. 31).

Alzira Freitas Tacques escolheu *Carmen Cinira* para figurar como patrona da cadeira nº 4. Natural do Rio de Janeiro, essa última nasceu em 1903 (ou 1905, segundo outras fontes). Ainda aos vinte anos teria ficado viúva de um “notável jogador de futebol”, vítima de tuberculose – a mesma doença que a vitimou em 1923, segundo Mila Calduro (ACADEMIA, 1993, p. 34)<sup>54</sup>.

*Ana Cândida Alvim*, patrona da cadeira nº 9, de Aurora Nunes Wagner, nasceu em Uruguaiana no ano de 1850. Fez os exames na Escola Normal de Porto Alegre e, depois, retornou à cidade natal onde foi professora pública. Cidade onde Aurora realizou seus estudos primários, sendo aluna da *Professora Ana* – que somente aos 84 anos deixou apagar a “chama do talento” como poetisa, conforme Gladis Menezes (ACADEMIA, 1993, 54-56).

Por fim, é preciso destacar que a escolha das patronas tem um sentido político em função do reconhecimento de tais escritoras em detrimento de outras para integrar a ALFRS, sendo que esta entidade é um espaço reivindicatório quanto à visibilidade para as mulheres intelectuais na sociedade e no âmbito literário porto-alegrense. Ou seja, ao escolher certa escritora como patrona, poderia haver uma busca de inserção por meio das letras numa tradição feminina local de presença no espaço público.

Os cargos, por sua vez, também têm um sentido político. Primeiramente num sentido “simbólico”, já que deixam marcados certos nomes e suas realizações – como o cargo de, por exemplo, “*Diretora da ALFRS*”: ele pode acarretar maior destaque na sociedade, tanto no período para o qual foi eleita, como posteriormente no histórico da entidade. A eleição da Diretoria se fazia por votação; logo, se há escolha, também há política, pois mesmo que houvesse uma chapa única, não haver outra concorrente já demonstra outro tanto da(s) política(s) da instituição; entretanto, havendo mais de uma chapa concorrente, há disputas políticas, portanto. Neste sentido, no período de 1943-1950, Lydia e Aurora deixaram seus nomes “marcados” – a segunda foi escolhida presidente na eleição após Lydia retirar-se da presidência alegando muitas atribuições nas suas obras filantrópicas.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> “Carmen Cenira” é o nome literário que Carmem Cardoso Bordini adotou. Outro dado é que Carmem, segundo o “*Dicionário crítico de escritoras brasileiras*”, teria *desaparecido do plano material* em 1933, e não em 1923.

<sup>55</sup> Uma pausa, leitor: esta questão da saída de Lydia da presidência será retomada ao final deste capítulo.

Para encerrar a análise das trajetórias, apresentamos alguns pontos relativos à *produção* das acadêmicas fundadoras da ALFRS<sup>56</sup>.

Segundo FONTES (2007, p. 20), Aura Pereira Lemos publicou *Inês, Catedral do Sonho, Turbilhão e Miosótis*. Os livros *Inês* (1935) e *Catedral do Sonho* (1944) são também citados por COELHO (2002, p.79)<sup>57</sup>.

Stella Brum foi também jornalista, então publicava em diversos periódicos. Publicou alguns livros de poesias: “*Papoulas*” (1943), “*Sinfonia de Beijos*” (1946), “*Claridades*” (1948), entre outros posteriores.

Alzira Freitas Tacques publicou “*Plenilúnio*” (1927), “*Sombras*” (1933), “*Rubís*” (1935), “*Mãos Prisioneiras*” (1935), “*Sob o luar das horas mortas*” (1942), “*Sinfonia em Rubro e Negro*” (1943), “*Salomé*” (1944), “*Tôrre Iluminada*” (1945) e “*Poemas da Meia Noite*” (1947).

Em relação à Aracy Fróes, colaborava com diversos jornais como “*A Federação*”, “*Correio do Povo*”, “*Diário de Notícias*”, “*Jornal da Manhã e da Noite*” – e o já citado “*Corymbo*”. A imortal publicou também o livro de poesias “*Fragmentos d’alma*”, em 1936. Detalhe: tanto este livro de Aracy, como “*Salomé*” (de Alzira, 1944), foram editados e publicados pela *Livraria do Globo*, o que leva a pensar se ambos foram exceções ou se o primeiro foi uma exceção e o segundo uma resposta às “*panelinhas literárias*” que Lydia Moschetti havia criticado no ano anterior; ou seja, se as escritoras, por meio da ALFRS, conseguiram adentrar de certa forma num círculo entendido por elas como “*fechado*” entre os que se “*elogiavam*”<sup>58</sup>.

Por fim, sobre Aurora Nunes Wagner: a referida acadêmica foi professora universitária, como citado anteriormente, então sua produção está mais atrelada à sua área de atuação intelectual (Odontologia). Contudo, sabe-se que publicou em 1946 um livro de poesias: “*Prelúdios*”.

Em relação à produção, pode-se notar que há uma predominância da poesia. BESSE (1999, p. 164-165), ao explicar que às mulheres com tendência a serem escritoras, poetas, jornalistas, musicistas, conforme já referido, era mais fácil de realizarem suas aspirações, pois estas atividades profissionais eram mais aceitas por serem encaradas como uma atualização no papel tradicional das mulheres de recitar poesia, cantar e tocar piano em reuniões

<sup>56</sup> A produção não diz respeito a todo o período de vida das acadêmicas, e sim somente até 1950.

<sup>57</sup> Na biblioteca da ALFRS encontrei somente o livro “*Catedral do Sonho*”. “*Ignez*” é citado por TACQUES (1956, p. 718), que também indica três livros inéditos deixados por Aura: “*Orvalhadas*”, “*Triângulo da Dor*” e “*Nos vendavais da Vida*”. Alzira F. Tacques não menciona as datas das publicações.

<sup>58</sup> Esta é uma hipótese que demanda maior pesquisa, visto que não tive acesso à totalidade dos livros escritos pelas fundadoras da Academia e, por conseguinte, aos seus editores.

particulares. Neste sentido, a poesia é um gênero propício para as mulheres, já que estas (tanto mulheres como a poesia) têm caráter *sensível e delicado*; a escrita poética, portanto, não deixa de ser uma forma de atualizar o papel feminino, já que, com a função de autora reconhecida publicamente a mulher deixa de ser somente declamadora em “reuniões particulares”. Assim, ampliando seu papel no espaço social e literário, a mulher continua com seu *caráter feminino*.

Cabe perguntar agora da tão citada *imortal* Lydia Moschetti, *desaparecida* nas últimas páginas... Anteriormente, buscou-se demonstrar o quanto a *origem*, a *vida escolar* e a *pessoal*, bem como as *carreiras* das intelectuais fundadoras, são variáveis que não podem ser deixadas de lado na análise da criação e na constituição do *projeto* da ALFRS. Além de enriquecer o estudo, estes dados apontam que não era *qualquer* mulher que teria condições materiais e culturais para fazer parte da instituição: as “fundadoras” foram mulheres pertencentes à elite daquela sociedade, com trajetórias que apontam para uma gama de relações sociais e, por conseguinte, de uma quantidade razoável de *capital social* acumulado<sup>59</sup>. A circulação destas mulheres por diversos espaços públicos (estudo, trabalho, política) tem papel primordial na construção das suas relações sociais – e estas na criação e constituição do projeto da ALFRS.

As relações sociais, portanto, permitiram a acumulação de *capital social* por parte de todas as fundadoras – umas mais, outras menos –, porém é notório que a idealizadora da Academia possuía a maior rede social entre elas. Portanto, a partir da trajetória de Lydia, buscar-se-á incorporar a esta pesquisa o conceito de *capital social* que apareceu até o momento de forma tímida.

\*\*\*

Lydia Bastogi-Gianonni, ou melhor, *Livia*, nasceu na Itália, em *Fucecchio*, uma pequena cidade, no ano de 1888<sup>60</sup>. Sua mãe, Júlia Carli, de família humilde, segundo as palavras de Lydia, apaixonada pelo trabalhador e também humilde *Beppe* (Giuseppe Bertoncini), teria sido obrigada a se casar com Fabrício Bastogi Gianonni, filho da Condessa Catarina Bastogi Giannoni de Val di Chiana (MOCHETTI, 1970, p. 13-15).

<sup>59</sup> E se realmente não se fazem poetas “*a muque ou por vontade*” (TACQUES, 1947), a “*espontaneidade*”, ou seja, o considerado dom e/ou inspiração, pelo menos naquele período, parece estar associado a uma determinada classe e certas ligações dessa naquela sociedade.

<sup>60</sup> Na reedição da sua *Autobiografia* (2008) a data de seu nascimento apontada por Hilda Flores é “1896(?)”, porém nas folhas avulsas encontradas no arquivo da ALFRS com pequenas referências biográficas das patronas e acadêmicas, consta o ano de 1890. Este ano, por sua vez, também é impreciso, visto que segundo o/a autora de tais dados (possivelmente a própria Hilda Flores), em 1968 Lydia confirmou seu ano de nascimento como sendo “1890”; contudo, em 1978, ela teria anunciado que faria “90 anos” em setembro. Mesmo assim, na primeira edição de seu livro *Autobiografia* (1970), ela dedica a obra ao seu irmão Atílio, “o único que sobreviveu à numerosa família que em 1907 veio ao Brasil”; ou seja, Lydia emigrou da Itália para o Brasil com a idade de entre 17 e 19 anos.

Conforme Lydia, em sua *Autobiografia* (1970), durante a infância o pai era distante (para não dizer violento e machista), deixando o lar às vezes em necessidade – já que o costume era de formação de grandes famílias de acordo com a tradição religiosa da época, e sua mãe teve 10 filhos. Durante muitas páginas de seu livro, Lydia aponta que a instrução das mulheres para as famílias de “sentimentos religiosos” não era bem vista, já que seria o meio propício para a “perdição eterna” e/ou o “desajuste social”. Como sempre teve ânsia pelo estudo, disse ter regozijado o ato do Governo emitindo uma lei que obrigava todas os filhos “desde 7 anos a escola fornecendo ainda o material didático até o 4.º primário quando reconhecidamente pobre...” (MOSCHETTI, 1970, p. 1970).

Fabrizio, seu pai, embarcou para o Brasil deixando a família na Itália. Neste meio tempo, enquanto continuava seus estudos após o primário, entrando e saindo do internato, a família foi ajudada por *Beppe* (que estava em boa situação material), pois seu pai não enviava dinheiro e ainda deixara dívidas. O primeiro amor de sua mãe ajudou Livia e sua família também com as passagens para o embarque em 1907 rumo ao Brasil – onde chegaram depois de 45 dias de viagem no navio *Sardenha*, “o melhor da época” (MOSCHETTI, 1970, p. 148). Seu pai os recebeu em Santos, sem mudar muito sua forma distante e sem afeto (que Lydia justifica pelo casamento forçado de ambos, mesmo que não compactue com certas atitudes de seu pai e com a submissão de sua mãe).

A partir da chegada ao Brasil é que *Livia* passou a ser Lydia, pois, segundo a escritora, chamavam-lhe de Oliva, que em italiano queria dizer “azeitona”, e sua mãe, inconformada, trocou o nome para Lydia – ficando este pelo restante da existência.

De Santos, Lydia teria ido para São Paulo, alegando orientação médica em razão do clima. Foi nesta cidade que a posterior *imortal* começou a trabalhar, lecionando tanto em escolas, como em casas particulares, dando lições para os filhos de determinados casais – alguns dos quais conheceu no Instituto de Beleza onde também chegou a trabalhar, fazendo “perucas e manicure”. Também disse ter tido proposta para publicar em um jornal, o “*Fanfulla*” (italiano), recebendo por publicação. Mas o que interessa mais de perto na sua trajetória profissional foi sua carreira no teatro.

Segundo sua *Autobiografia*, Lydia foi soprano, substituindo Aça Di Lorenzi (que atuava no Teatro da República) no papel de Sususki na ópera *Butterfly*. Firmou então contrato com outro nome, mas os familiares, ao saberem do fato, pronunciaram-se contra tal escolha, inclusive com a reprovação explícita de sua mãe. Mesmo com a negação, continuou fazendo contratos com diferentes companhias, cassinos, etc, rodando o Brasil, bem como vários países da América Latina (Buenos Aires, Chile, Uruguai), demonstrando ter sido bastante conhecida

nos lugares por onde passava por pessoas públicas (e políticas) importantes destes lugares – mas mantendo sua “conduta moral”, diferente de muitas colegas artistas.

Por volta de 1920 Lydia e Luiz casaram-se. Foi então que nossa escritora passou a ser *Moschetti* e veio residir em Porto Alegre, local em que morava o referido engenheiro industrial, também de origem italiana, que era sócio (e posteriormente dono) de uma fábrica local. Em diversos momentos da sua *Autobiografia*, a escritora refere que as pessoas de modo geral não viam com “bons olhos” as artistas. Ela mesma disse que rompia com muitos contratos em função de certas *tentativas* de membros das companhias (e também quando era professora e solteira, os homens acabavam por querer *algo a mais*; por não ceder, acabava demitida por “falta de capacidade”).

Sobre o fato de ter sido artista e de, supostamente, se vestir de forma extravagante em comparação com as mulheres da pequena Porto Alegre (usando maquiagem, por exemplo), ela disse o seguinte:

Naturalmente naquê tempo as mentalidades estavam ajustadas ao atrazo do lugar. O conceito que a sociedade tinha sôbre arte e sôbre os artistas, era pior que se pode imaginar. É justo pois, reconhecer, a resistência que encontrei, não sômente em não ser admitida nas famílias e na sociedade mas, impedir qualquer aproximação até nos ambientes sociais, enquanto que como artista era-me permitido até certas familiaridades com qualquer personalidade da Política, da Profissão e das Letras que me eram apresentados, aliás com muita honra. (MOSCHETTI, 1970, p. 229-230).

Assim, mesmo que tenha sofrido preconceitos provindos de uma sociedade que não entendia uma mulher *artista*, Lydia teve expressivas relações com diversas pessoas das mais variadas classes (política, literária, artística) dentro e fora do país. E, juntamente com Luiz Moschetti, pode-se constatar que teve uma ampla rede de sociabilidade, o que certamente ajudou na realização do sonho que lhe acompanhou desde a infância, segundo a literata: ajudar o próximo necessitado (mas também em seus outros projetos – como a ALFRS).

As fundações de assistência social de Lydia, além da criação da ALFRS, são outro ponto marcante da sua trajetória – e que ajudam a entender um pouco mais a sua *acumulação* de *capital social*, já que a criação de cada instituição beneficente depende de uma gama de relações pessoais. Em virtude da amplitude dos dados e da pequena extensão da presente pesquisa, serão citadas somente algumas fundações e atividades de filantropia realizadas até 1950<sup>61</sup>:

- ESCOTEIROS (1938) do Círculo Operário, com mais de 100 membros;
- CASA DO PEQUENO JORNALEIRO (1939);

---

<sup>61</sup> Dados reproduzidos do livro *Histórico das minhas fundações* de Lydia Moschetti (1971?). Neste livro há uma listagem de três páginas de “Títulos honorários” recebidos por Lydia.

- SOPA ESCOLAR (1940);
- INSTITUTO SANTA LUZIA – Escola Profissional para Cegos (1941);
- ESCOTEIROS E BANDEIRANTES (1943) – Santos (SP);
- ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA (1943);
- EDUCANDÁRIO SÃO LUIZ – PARA MENORES ABANDONADOS (1947);  
Foi co-fundadora das seguintes entidades:
- PEQUENA CRUZADA (1935);
- CRÉCHE NAVEGANTES (1935) do Círculo Operário;
- AMPARO SANTA CRUZ (idealizado pela Sra. Luiza Aranha);
- LEPROSÁRIO ITAPOÃ (idem);
- SANATÓRIO BELÉM (sócia fundadora);
- LIGA DE DEFESA NACIONAL (sócia honorária) idealizada pelo Gen. Ignácio Rolim;
- NATAL DO GUARDA DE TRÂNSITO (1935);
- NATAL DA CRIANÇA POBRE;
- CASA N. S. MEDIANEIRA (1940), ambulatório do Círculo Operário;
- SOPA PARA OS TUBERCULOSOS DA SANTA CASA (1937);
- EXPOSIÇÃO DO LIVRO AMERICANO (1944), em Porto Alegre, com 4.000 volumes autografados.

Publicou os seguintes livros: “*A Sobrinha do Cardeal*” (1940), “*A vida é um ponto de ?*” (1941), “*Um baile e uma vida*” (1944), “*No altar da caridade*” (1946), “*A morte das ilusões*” (1948), “*Delinquência infantil e sua recuperação*” (1955) “*Poesias Esparsas*” (1969), , “*Catálogo da Grande Exposição de Escritores e Poetas das Américas e Europa*” (1969), “*Autobiografia*” (1970), “*Conferências sobre as Sansões Italianas de 1935*” [19--], “*Histórico das minhas fundações*” (1971?) e “*Pensamentos Soltos*” (1971).

\*\*\*

Neste momento, antes de passar à análise do conceito de *capital social*, é preciso fazer algumas ponderações relativas às fontes utilizadas, pois se fez a narrativa da trajetória de Lydia Moschetti a partir de um livro *autobiográfico*, escrito quando a escritora já teria aproximadamente 80 anos. Por ser um livro de memórias, em que é perceptível o caráter literário emanando de cada parágrafo, não se pode simplesmente tomar todas as suas informações como sendo os acontecimentos *tal qual* ocorreram.

Janaína Amado, neste sentido, traz boas reflexões acerca da vivência e da memória. Essas, embora relacionadas entre si,

possuem naturezas distintas, devendo assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e elabora componentes da experiência (...). A memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado para o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que projeta o futuro. (AMADO, 1995, p. 131-132).

Ou seja, a memória é uma versão dos fatos, em que há uma seleção das experiências. Desta forma, a *Autobiografia* de Lydia é uma narrativa e, como qualquer outra, “possui uma dose, maior ou menor, de criação, invenção, fabulação, isto é: uma dose de ficção” (AMADO, 1995, p. 135).

BOURDIEU (1998), por sua vez, aponta para o fato de que no relato da reconstrução da história de vida, esta ganha linearidade, pois acaba constituindo “um todo, um conjunto coerente e orientado”, portanto:

Essa vida organizada como história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, um duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo (BOURDIEU, 1998, p. 184).

A necessidade de coerência do relato autobiográfico, ou seja, a preocupação de dar sentido a narrativa, estabelecendo relações inteligíveis (como a do efeito à causa final, com “estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário”), está na origem do interesse (que é variável) de que o investigado tem pelo empreendimento biográfico. Esta intenção global, segundo Bourdieu, faz com que certos acontecimentos “significativos” sejam selecionados, estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência (BOURDIEU, 1998, p. 184).

No caso da narrativa autobiográfica de Lydia, é possível visualizar esta tentativa de estabelecimento de linearidade, de coerência e de justificação em relação às possíveis críticas. Por exemplo, quando trata da sua vontade de estudar, ela escreve sobre a sua aptidão para às artes desde criança, sendo que muitas professoras na Itália desqualificaram suas habilidades e, posteriormente no Brasil, veio a se tornar artista (que acarreta a necessidade de justificação: foi artista, mas manteve sua conduta moral). A *imortal* durante todo relato aponta que sua personalidade, com opiniões marcantes, com tomada de posições, etc, era face presente desde sua infância, e que, com o tempo foi apenas se evidenciando – um fato em relação a isso é que “desde pequena” se incomodava com a opressão às mulheres, simbolizada por sua mãe.

Por fim, levando em consideração o que foi apontado acima, é preciso ter cuidado na análise deste tipo de documento, pois, segundo Bourdieu, “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma *ilusão retórica* (...)” (BOURDIEU, 1998, p.185. Grifos meus). Então, é necessário cautela para não sucumbir a uma possível *ilusão biográfica*.

Nas páginas seguintes, portanto, buscar-se-á explicar o conceito de *capital social* já incorporado a esta pesquisa no que tange às trajetórias analisadas, especialmente à de Lydia Moschetti.

\*\*\*

Bourdieu (apud ORTIZ, 1983, p. 21-22) denomina como *campo* um espaço onde as posições dos seus agentes se encontram *a priori* fixas; nele se manifestam as relações de poder. Estas, por sua vez, estruturam-se por uma distribuição desigual de *quantum social*, ou *capital social*, pois a quantidade de *capital* determina as posições no *campo* entre dominantes e dominados.

O ator social agiria num campo socialmente determinado, e o *habitus* funcionaria como um modo de operação que orientaria as ações. Desta forma, as relações sociais tendem a assegurar a reprodução dessas mesmas relações<sup>62</sup>. Ou seja, pensando no *campo intelectual*, ao qual Lydia, Aura, Stella, Alzira, Aracy e Aurora queriam se integrar, elas escolheram como meio de entrada a criação da ALFRS. No interior desse campo já existiam outros atores, os quais, no caso de Porto Alegre na década de 1940, eram *dominantes*.

Então, para buscar uma posição elevada dentro do *campo* em que se é parte *dominada*, é preciso buscar meios de “acumular, da forma mais rápida possível, determinado tipo de capital, o qual investirá tendo em vista sua posição no interior do campo, que delimitará as chances de certas aspirações se concretizarem” (ORTIZ, 1983, p. 22).

Desta forma, pautando-se por Bourdieu (apud ORTIZ, 1983) para analisar a criação da ALFRS, é possível pensar que as escritoras examinadas, com a fundação de uma academia literária, estavam investindo num *capital social* específico (o dos intelectuais). Posteriormente, ele poderia acarretar uma posição dominante no campo literário para elas, já que, neste momento, poderiam ser consideradas como parte dos *dominados* do âmbito

---

<sup>62</sup> Como um jogo de xadrez, ou mesmo de vôlei, em que, para saber a sua posições é preciso prever a ação do outro e, para isso, é necessário conhecer as regras do jogo, antecedendo as movimentações e jogadas do outro.



intelectual – e a posição dominante no campo literário, por sua vez, poderia influenciar em suas posições em outros campos.

Entretanto, sabendo que o *campo literário* (ou intelectual) é um campo dentro da sociedade, o capital social acumulado em outras áreas – origem, vida escolar e pessoal, carreira – é projetado também nele, e por vezes *reconvertido*. Neste sentido, Lydia é a expressão máxima entre as fundadoras de *capital social* acumulado, pois sua rede de sociabilidade, estruturada em função das viagens pela América Latina e Brasil com o teatro, depois com o matrimônio e suas fundações beneficentes e atividades filantrópicas, contribuiu de maneira fundamental para configurar o prestígio da *imortal*, ao evidenciar o quanto ela poderia ser conhecida (e respeitada) em vários lugares, por diversas pessoas que também tinham *capital social*.

\*\*\*

Por fim, com o prestígio apontado de Lydia não se pretende diminuir a importância das demais fundadoras, idealizando a trajetória da mentora da ALFRS. Até porque as próprias acadêmicas demonstravam saber da força que a presença de Lydia acarretava.

Por exemplo, numa das sessões da Academia, ocorrida em 16 de agosto de 1947, em meio a debates, Aurora manteve seu protesto em relação a uma decisão da presidente Lydia de sublocar a sede, mediante pagamento, para um “grupo de literatos” sem consultar as demais acadêmicas – ação diferente da forma empregada em situação semelhante, quando a própria Aurora propôs a sublocação à Sociedade Filatélica (ACADEMIA, 1947, p. 5-6). Logo após, Lydia, alegando muitas atribuições, abriu mão da presidência (ACADEMIA, 1947, p. 6-8). No entanto, tão logo saiu, homenagens lhe foram prestadas, e passou a ser *Diretora do Intercâmbio Cultural* na diretoria seguinte, com a presidência da mesma Aurora Nunes Wagner, eleita para o biênio de 1948-1950, o que demonstra, mais uma vez, o seu prestígio.

Então, é possível pensar que a presença de Lydia, seja pela ajuda monetária, seja pelo peso simbólico, foi parte fundamental na criação e manutenção posterior da ALFRS. Contudo, suas colegas *imortais* também possuíam relações sociais amplas e situação econômica favorável à formulação da entidade de letras feminina. Portanto, a união do *capital social* acumulado pelas acadêmicas pesquisadas (e de outras que se incorporaram posteriormente à instituição) é aparentemente um fator muito relevante (se não for principal) na constituição do *projeto* da ALFRS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste segundo semestre de 2012, nesta cidade de Porto Alegre, tem lugar a sessão (extra)ordinária de encerramento do presente “Trabalho de Conclusão de Curso em História”. Esta graduanda que vos escreveu levou a efeito a pesquisa relativa à criação da *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*, e agora fará uma análise das *sessões anteriores* (capítulos), a fim de concluir alguns pontos que foram desenvolvidos para responder ao problema-questão estabelecido na *ata de fundação* (introdução) deste TCC.

A formulação do problema de pesquisa já apontava para uma constituição *possível* daquela entidade de letras feminina na Porto Alegre da década de 1940. Claro que, neste sentido, foi preciso investigar como se deu tal criação, ou seja, de que forma aconteceu a reunião de algumas mulheres que resolveram fundar uma Academia Literária *genuinamente feminina* e, por conseguinte, como aconteceu a formulação do *projeto* da instituição nesta capital naquele período.

A criação da ALFRS, mesmo com a pretensão de um *caráter puramente literário*, foi um ato político, como o é a fundação de qualquer outra entidade, e, portanto, a política permeou suas relações – mesmo não sendo uma política explicitamente partidária. A busca por apoio *material e moral* do governo demonstra que a legitimação frente ao poder estadual era um fator visto como importante pelas acadêmicas para a consolidação do *projeto* pretendido por elas – e a subvenção concedida, por sua vez, aponta para a aceitação e incentivo por parte deste mesmo governo à nova instituição.

Também foi observado que a fundação da ALFRS teve repercussão no âmbito intelectual da sociedade porto-alegrense, e mesmo que certos literatos não quisessem expressar nitidamente suas opiniões relativas às mulheres escritoras (algumas bem depreciativas), o fato é que, por ser uma nova academia de letras (ainda mais feminina), estas opiniões apareceram – as *Evas* que o digam. Também é importante pensar que havia por parte das *Evas*, digo, por parte das intelectuais, a reivindicação de um espaço que acreditavam ter *por direito* entre os *homens de letras*. Ou seja, sentiam-se excluídas do *âmbito intelectual* da cidade naquele momento – o que aponta, por sua vez, à vontade de sair do *‘olvido’* por meio da *imortalidade* tal quais os *Adões no Jardim do Éden Literário*.

O *projeto* pretendido e possível de ser construído também encontrou dificuldades no âmbito interno da própria Academia. O episódio da *eliminação* (ou *saída*) de Diva é um exemplo. Quando a escritora afirmou não concordar com as palavras de Lydia ao jornal

*Correio do Povo* em resposta à negativa da ARL à nova academia, disse que não abria mão de “*permanecer mulher, tendo atitudes de mulher*”. Portanto, na visão da *eliminada*, elas deveriam responder com *superioridade e independência* aos homens, ou seja, não os confrontando, atitude que revela conformidade com os padrões de gênero dominantes.

A partir do que foi observado, o *projeto* da ALFRS não contrariava, ao menos de maneira frontal, os princípios vigentes daquela sociedade – mesmo que, inicialmente, a academia dos *Adões* não tenha pronunciado-se a seu favor –, pois se a sua estruturação se concretizou é porque havia um movimento que acolhia as pretensões de Lydia, Aura, Stella, Aracy, Alzira e Aurora (e das outras acadêmicas que foram ligando-se ao *projeto*). Isto porque as *imortais* aparentavam legitimar certos pressupostos sociais quanto aos valores que as mulheres deveriam seguir. Um exemplo é a referência em ata de 1948 da instituição de uma comissão para admissão de novas sócias, que tinha como intuito fazer uma sindicância prévia sobre “o valor moral e intelectual” das proponentes apresentadas (ACADEMIA, 1948, p. 12-verso).

Estas pretensões estavam ligadas ao *campo de possibilidades* que, a partir da formulação apresentada, tendo em vista as dimensões de gênero e de espaço para as práticas intelectuais, reforçam a ideia de que a ALFRS não era uma instituição “à frente do seu tempo”. Pelo contrário, ela fazia parte do processo mais amplo de *emancipação do sexo feminino*, em curso deste o final do século XIX, pelo menos. Porém não foram “quaisquer” mulheres que se associaram a tal entidade. A partir do estudo das *trajetórias* das seis fundadoras, demonstrou-se, enriquecendo e problematizando o *projeto* e o *campo* delineados, que as intelectuais presentes naquele 12 de abril de 1943 faziam parte de uma classe média e/ou alta e, de certa forma, de uma elite no que tange às suas vidas escolares e posteriores carreiras – que, juntamente à origem social e ao matrimônio, lhes rendia *capital simbólico* para atuar em vários campos, dentre eles, o *campo intelectual*.

Lydia Moschetti, a idealizadora da ALFRS, tinha um *capital social* acumulado notoriamente elevado. Sua trajetória engloba uma gama de relações estabelecidas antes da criação da entidade em estudo (dentro e fora do país), formando uma grande rede que, em Porto Alegre, uniu-se a de seu esposo, também italiano, Luiz Moschetti. As fundações de assistência social e as atividades filantrópicas realizadas reforçaram sua posição naquela sociedade, e mesmo que, segundo a própria *imortal*, ela tenha sido julgada em relação ao seu passado e à forma de ser e de se apresentar, era acima de tudo muito respeitada. Lydia obteve diversos títulos honorários, prêmios e diplomas concedidos pelo Brasil e países latino-americanos e da Europa. Assim, mesmo que as outras fundadoras também tenham feito parte

de outras entidades literárias, ganhando títulos, não há como comparar com a quantidade e variedade das distinções recebidas por Lydia – por isso a análise de sua trajetória foi feita separadamente, para demonstrar que a acumulação do *quantum social* pela escritora ítalo-brasileira foi um dos principais fatores que facilitaram a criação e permanência da ALFRS.

Por fim, a criação da ALFRS esteve atrelada à busca de um espaço de maior visibilidade para as intelectuais gaúchas. No entanto, sendo uma instituição organizada com estatutos, possuía regras que delimitavam a entrada (e a saída) das escritoras. Portanto, a seleção não deixava de ser uma tentativa de “fechamento do círculo”. Círculo esse que era constituído a partir da análise das produções e dos *valores morais*, por parte da Diretoria (ou de uma Comissão), das mulheres que eram apresentadas por outras acadêmicas, ou se apresentavam para fazer parte do sodalício feminino – ou seja, cabia às acadêmicas legitimarem ou não as postulantes, eliminando-as se fosse preciso.

*E nada mais havendo a tratar*, ao menos por enquanto, agradeço a presença do leitor que chegou até este parágrafo, e dou por encerrado este exercício de pesquisa. Muitas outras questões poderiam ser abordadas, mas em virtude de suas limitações, o presente estudo tentou apenas contemplar a delimitação proposta inicialmente. Eu, graduanda em História, *lavrei* este “Trabalho de Conclusão de Curso”, que pelo orientador e pela banca vai também analisado.

## LISTA DE FONTES

### ▪ Atas

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. Livro de Atas nº 1(1-57), 1943-1947, p. 1-96.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. Livro de Atas nº 2 (58-109), 1947-1949, p. 1-32.

### ▪ Compêndios Biobibliográficos

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. *50 anos de literatura: perfil das patronas*. Porto Alegre: IEL, 1993.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário Crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

FONTES, Rosa Ângela (org.). *Logradouros públicos em Porto Alegre: presença feminina na denominação*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2007. Disponível em: <[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu\\_doc/logradouros.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/logradouros.pdf)> Acesso em: 15 de novembro de 2012.

TACQUES. Alzira Freitas. *Perfis de Musas, Poetas e Prosadores Brasileiros*. Porto Alegre: Editora Thurmman, 1956. 1º Volume.

### ▪ Estatutos

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Estatutos manuscritos e datilografados*, 1943. Arquivo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: Extrato dos Estatutos, para a publicação no Diário Oficial. **Diário Oficial**, Porto Alegre, 4 de agosto de 1943. (ARQUIVO DA ALFRS)

### ▪ Meio eletrônico

Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul: <<http://www.alf-rs.org.br/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

Academias de Letras no Brasil: <<http://www.academialetrasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

Escola Superior de Educação Física (ESEF): <<http://www.ufrgs.br/esef/historico.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

▪ **Reportagens**

*CONFUSÃO DAS ACADEMIAS*: Adão não quer saber da concorrência de Eva na literatura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 de agosto de 1943. ARQUIVO DA ALFRS.

*CONFUSÃO DAS ACADEMIAS*: Cabe ao homem a tarefa sublime de guiar a mulher ao Eden das Letras. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 de outubro de 1943. ARQUIVO DA ALFRS.

MESA REDONDA COM AS IMORTAIS. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 22 de julho de 1943. ARQUIVO DA ALFRS.

MARTINS, Justino. Um Jantar com as Imortais. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 14 de agosto de 1943. ARQUIVO DA ALFRS.

▪ **Outros documentos, livros e revistas**

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Correspondência Enviada/Recebida*, 1943-1950. Arquivo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Álbum de Fotografias*, 1943-1950. Arquivo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Termos de Compromisso*. 1943-2012. Arquivo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Referências biográficas* (folhas avulsas). s/d. Arquivo da ALFRS.

FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). *Presença Literária*. Porto Alegre, ALFRS, Nova Dimensão, 1993b.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. LEI Nº 12.772, de 04 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www3.al.rs.gov.br/legis//Arquivos/12.772.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2012.

MOSCHETTI, Lydia. *Autobiografia*. Porto Alegre: s/Ed., 1970.

\_\_\_\_\_. *Histórico das minhas fundações*. Porto Alegre: s/Ed., s/d. [1971?].

TACQUES, Alzira Freitas. *Poemas da Meia Noite*. Porto Alegre, s/e, 1947.

## BIBLIOGRAFIA

- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. 2ª edição.
- BATALHA, Cláudio H. M. *Vida Associativa: por uma abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*. Anos 90, Porto Alegre, n 8, p. 91-99, dezembro de 1997.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Editora EDUSP, 1999. (tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).
- BONILHA, Caroline Leal. *Corymbo: memória e representação feminina através das páginas de um periódico literário entre 1930 e 1944 no Rio Grande do Sul*. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.
- \_\_\_\_\_. *A Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005. (tradução Maria Helena Kühner).
- BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. In: *Politéia: História e Sociedade*. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - v. 5, n.1, 2005. Bahia: Edições Useb, 2005.
- CARRÉ, Toni (Org. e Pref.). *Vozes Femininas*. Porto Alegre: Editora Carré, 1984.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: estudo de vida e obra. In: GAZOLLA, Lúcia Almeida (org.). *A mulher na literatura*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. Volume I, p. 70-79.
- \_\_\_\_\_. *Nísia Floresta: entre os direitos e os deveres das mulheres*. In: IV SIMPÓSIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, 1991. Niterói, **Anais...** Niterói: Coordenação de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (ABRALIC), 1992, p. 178-186.
- \_\_\_\_\_. Nísia Floresta e Mary Woolstonecraft: diálogo e apropriação. In: RAMALHO, Christina (org.). *Literatura e Feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1999. p. 85-96.
- FERRER, Francisca Carla dos Santos. *A (re)organização do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai*. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br:8080/jspui/bitstream/1/200/1/56.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo (UPF), 2005.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. (Tradução de Eliane Lisboa).

HEINZ, Flávio M (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 54-92.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2007.

LARA, Silvia Hunold. *Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (tradução de Magda Lopes).

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary (org); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. 10ª edição.

MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Volume 2.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. *Elas também desejam participar: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932*. Revista Gênero, Niterói, v. 4, n.2, p.149-169, 1º sem, 2004.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *À Esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)*. 340 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. [tradução de Paula Montero e Alcía Auzmendi]



PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na categoria histórica*. História, São Paulo, v. 24, N. 1, p. 77-98, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.); *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992. p. 63-95. (tradução de Magda Lopes)

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 1995. Vol. 20, n°2, jul./dez., p. 71-99.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. *Dois pra lá e dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: *Por uma história política*, René Rémond (org.); tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*, In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, V. 19, N° 39: 115-137 Jun. 2011. Texto originalmente publicado na revista *Dædalus* (Cambridge, Mass., v. 100, n. 1, p. 46-79, Winter 1971), sob o título de “Prosopography”. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e de Renato Monseff Perissinotto, p. 115.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PRIORE, Mary (org); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. 10ª edição.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

## ANEXOS



Grupo presente na fundação da *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*. Sentadas da esquerda para a direita: Aura Pereira Lemos, Lydia Moschetti e Aracy Fróes. De pé, na mesma ordem: Beatriz Regina, Alzira Freitas Tacques, Aurora Nunes Wagner e Stella Brum. Cópia de fotografia do Acervo da ALFRS.



“Comissão de Acadêmicas em visita a S. Excia. Sr. Governador do Estado GAL. Ernesto Dornelles”. Cópia de fotografia do Acervo da ALFRS (fotografia sem data, porém a ata de 5 de setembro de 1943 cita este encontro para o mês anterior do mesmo ano).



“Homenagem da ALF à sua fundadora Lydia Moschetti”. Cópia de fotografia do Acervo da ALFRS . (fotografia sem data, possivelmente homenagem realizada em 1947 segundo ata de novembro desse ano, após Lydia retirar-se da presidência).



“Uma Comissão da ALF em visita ao governador do Estado Dr. Walter Jobim” (Agosto de 1949). Cópia de fotografia do Acervo da ALFRS.



“Uma Comissão da ALF em visita à Primeira Dama do Estado [Ana Jobim] no dia de seu aniversário Natalício – Dezembro de 1949”. Cópia de fotografia do Acervo da ALFRS.